

Termo de Referência 56/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
56/2023	110322-GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL	IURI FERREIRA	22/01/2024 11:29 (v 3.0)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		00185.003653 /2023-24

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, controle e fornecimento de gasolina comum e diesel S-10, em rede de postos credenciados em todo território nacional, com a finalidade de atender demandas específicas da frota de veículos oficiais da Secretaria de Segurança Presidencial (SPR) distribuídas aos Escritórios de Representação, a serem implantados nas cidades de São Paulo-SP, região de Campinas-SP e Jaguariúna-SP, e Aracaju-SE, através de sistema informatizado com uso de cartão microprocessador com chip, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1 Grupo 1, itens 1,2 e 3 (Região Metropolitana de São Paulo -SP):

Grupo	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND	QTD (A)	Preço médio ANP por litro (R\$) (B)	VALOR TOTAL ESTIMADO (Sem percentual de desconto) R\$ C=(A) X (B)	PERCENTUAL DE DESCONTO(%) 'referência' (D)
1	1	Fornecimento Combustível tipo gasolina Comum	461506	litros	44.555	5,40	240.597,00	0,50%
	2	Fornecimento Combustível tipo diesel S-10	461548	litros	23.239	5,08	118.054,12	1,50%
	VALOR TOTAL (sem desconto)						R\$ 358.651,12	
	VALOR TOTAL (com desconto) (E) = (D) x (C)						R\$ 355.677,33	
	ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UND	VALOR TOTAL COM DESCONTO (R\$) (F)=(E)	PERCENTUAL DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%) 'referência' (G)	PREÇO UNITÁRIO (MENSAL) - R\$ (H)/12	PREÇO TOTAL DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (ANUAL) (R\$) (H) = (F) X (G)
	3	Serviço de gerenciamento, controle e fornecimento de combustível com a utilização de cartões microprocessadores, com chip, em rede de	25372	Serviços	355.677,33	4,76%	1.410,85	16.930,24

		postos credenciados em todo o território nacional, com maior incidência na cidade de São Paulo-SP e região metropolitana.						
--	--	---	--	--	--	--	--	--

1.1.2 Grupo 2, itens 1, 2 e 3 (Região de Campinas-SP):

Grupo	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND	QTD (A)	Preço médio ANP por litro (R\$) (B)	VALOR TOTAL ESTIMADO (Sem percentual de desconto) R\$ C=(A) X (B)		PERCENTUAL DE DESCONTO(%) 'referência' (D)
1	4	Fornecimento Combustível tipo gasolina Comum	461506	litros	25.500	5,33	135.915,00		0,50%
	5	Fornecimento Combustível tipo diesel S-10	461548	litros	12.000	5,20	62.400,00		1,50%
	VALOR TOTAL (sem desconto)						R\$ 198.315,00		
	VALOR TOTAL (com desconto) (E) = (D) x (C)						R\$ 196.699,43		
	ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UND	VALOR TOTAL COM DESCONTO (R\$) (F)=(E)		PERCENTUAL DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%) 'referência' (G)	PREÇO UNITÁRIO (MENSAL) (R\$) (H)/12	PREÇO TOTAL DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (R\$) (I) = (F) X (G)
	6	Serviço de gerenciamento, controle e fornecimento de combustível com a utilização de cartões microprocessadores, com chip, em rede de postos credenciados em todo o território nacional, com maior incidência na cidade de Campinas-SP	25372	Serviços	196.699,43		4,76%	780,24	9.362,89

1.1.3 Grupo 3, itens 6, 7 e 8 (Aracaju e Região Metropolitana):

Grupo	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND	QTD (A)	Preço médio ANP por litro (R\$) (B)	VALOR TOTAL ESTIMADO (Sem percentual de desconto) R\$ C=(A) X (B)		PERCENTUAL DE DESCONTO(%) 'referência' (D)
	7	Fornecimento Combustível tipo gasolina Comum	461506	litros	25.500	5,87	149.685,00		0,50%
	8	Fornecimento Combustível tipo diesel S-10	461548	litros	12.000	4,97	59.640,00		1,50%
	VALOR TOTAL (sem desconto)						R\$ 209.325,00		
	VALOR TOTAL (com desconto) (E) = (D) x (C)						R\$ 207.681,98		
					VALOR TOTAL COM		PERCENTUAL DA TAXA DE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL DA TAXA DE

	ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UND	DESCONTO (R\$) (F)=(E)	ADMINISTRAÇÃO (%) 'referência' (G)	(MENSAL) (R\$) (H)/12	ADMINISTRAÇÃO (R\$) (H) = (F) X (G)
1	9	Serviço de gerenciamento, controle e fornecimento de combustível com a utilização de cartões microprocessadores, com chip, em rede de postos credenciados em todo o território nacional, com maior incidência na cidade de Aracaju e região metropolitana	25372	Serviços	207.681,98	4,76%	823,80	9.885,66

1.1.4 Como critério de aceitabilidade de preços, serão considerados os seguintes:

1.1.4.1 Será utilizado para a classificação das propostas dos **itens 3, 6 e 9** o menor preço total do item de cada grupo, no qual deverá estar descrito no **detalhamento da proposta** o percentual da taxa do serviço de gerenciamento.

1.1.4.2 Será utilizado para a classificação das propostas dos **itens 1, 2, 4, 5, 7 e 8** o maior percentual de desconto sob a tabela da Agência Nacional do Petróleo, do grupo, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência.

1.1.4.3 O critério de julgamento será o **MENOR PREÇO TOTAL POR GRUPO**.

1.1.4.3 Os critérios de julgamento do subitem 1.1.4 estão descritos no item 8 - Critérios de Seleção do Fornecedor.

1.1.5 Com o objetivo de garantir uma maior competitividade baseado na natureza da contratação, os itens "serviço de gerenciamento" e "fornecimento de combustível" foram reunidos em grupo, tendo em vista, que a empresa intermediadora do fornecimento do combustível também deve disponibilizar o suporte necessário ao agente público, no gerenciamento das operações. De outro modo, poderiam ser criadas lacunas de interpretação, no que concerne, a imputação de responsabilidades ou, ainda, delongar a solução de conflitos. Sendo assim, com esse modelo, busca-se obter uma padronização de procedimentos operacionais para o pleno cumprimento do objeto licitado, permitindo maior agilidade e flexibilidade na utilização dos serviços, proporcionando maior segurança ao gestor no acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços contratados.

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar 58/2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, contados do(a) data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice (IV) deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme consta das informações básicas deste termo de referência:

I) ID PCA no PNCP: 00394411000109-0-000004/2022.

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023.

III) Id do item no PCA: 400, 401 e 402.

IV) Classe/Grupo:

859 - OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE;

9130 - COMBUSTÍVEIS E PROPELENTES À BASE DE PETRÓLEO;

9140 - ÓLEOS LUBRIFICANTES.

V) Identificador da Futura Contratação: 110322-53/2023.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice (IV), deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis](#):

4.1.1. Ter capacidade operacional para a execução dos serviços conforme exigência estabelecidas no Termo de Referência.

4.1.2. Ter capacidade operacional para a prestação dos serviços requisitados, contando com os meios materiais e recursos humanos adequados para isso.

4.1.3. Disponibilizar rede credenciada de estabelecimentos idôneos de postos de abastecimento de combustível, devidamente certificados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), ficando a cargo da contratada o controle e a fiscalização seguindo as normas da ANP, para o fornecimento dos combustíveis gasolina comum e óleo Diesel S10, destinado aos veículos da frota dos Escritórios de Representação.

4.1.4. Executar os serviços em instalações adequadas, com equipamentos apropriados para a atividade, empregando equipamentos e processos de forma confiável.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, bem como a participação de consórcios e cooperativas.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: a implantação do sistema de gerenciamento do abastecimento dos veículos será de, no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato, incluindo a instalação de todos os equipamentos e insumos que porventura forem necessários à operação do sistema, bem como o credenciamento e a transferência de conhecimento aos servidores indicados pelo GSIPR, e entrega da relação dos postos de abastecimento credenciados.

5.1.2. A Contratada colocará à disposição do GSIPR, para utilização durante o prazo da vigência contratual, a infraestrutura necessária à prestação dos serviços, devendo apresentar listagem contendo sua identificação e numeração.

5.1.3. A Contratada, por meio de sistema de gerenciamento *on-line* pela internet, deverá tornar disponíveis relatórios gerenciais de controle da situação (histórico de quilometragem) e das despesas de abastecimento de cada um dos veículos cadastrados pelo GSIPR.

5.1.4. A Contratada deverá colocar à disposição do GSIPR sistema que permita a consolidação dos dados, permitindo ainda a concentração destes e a emissão de relatórios nos locais indicados pelo GSI/PR.

5.1.5. A cada abastecimento realizado deverá ser emitido pela contratada um comprovante em duas vias, devidamente assinadas pelo condutor do veículo e pelo atendente responsável. Uma via ficará com a contratada e a outra com o condutor.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados conforme segue:

5.2.1. na cidade de São Paulo e região metropolitana: 3 (três) postos, estando ao menos 1 (um) deles localizado dentro de um raio de distância máxima de 5 (cinco) quilômetros do Escritório de Representação da cidade de São Paulo-SP;

5.2.2. na cidade de Campinas-SP: 2 (dois) postos, estando ao menos 1 (um) deles localizado dentro de um raio de distância máxima de 5 (cinco) quilômetros do Escritório de Representação da cidade de Campinas-SP;

5.2.3. na cidade de Jaguariúna-SP: 2 (dois) postos, estando ao menos 1 (um) deles localizado dentro de um raio de distância máxima de 5 (cinco) quilômetros da residência do Dignitário;

5.2.4. na cidade de Aracaju-SE e região metropolitana: 3 (três) postos, estando ao menos 1 (um) deles localizado dentro de um raio de distância máxima de 5 (cinco) quilômetros do Escritório de Representação da cidade de Aracaju-SE.

5.3. Os serviços de abastecimento deverão ser disponibilizados 24 (vinte e quatro) horas por dia.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar cartões microprocessados (com chip) visando à segurança contra possíveis fraudes, fornecidos pela empresa contratada, sendo um cartão para cada veículo, para possibilitar os abastecimentos nos postos de abastecimento credenciados, nas quantidades estimadas a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. Os cartões deverão, preferencialmente, efetuar transações *on-line*, porém, deverão possuir tecnologia para também aceitar transações *off-line* nos casos onde a conexão do equipamento com o autorizador apresentar problema.

5.4.2. O fornecimento dos cartões deverá ser no quantitativo da frota de veículos existentes, devendo cada veículo possuir o próprio cartão, o qual deverá estar vinculado a sua respectiva placa, não podendo o mesmo cartão possibilitar o abastecimento de outro veículo.

5.4.3. Os dados atualizados relativos à composição da frota serão repassados à Contratada durante a implantação do sistema e poderão sofrer substituição de veículos e/ou alterações, acréscimos e/ou supressões, de acordo com o interesse da Administração Pública, durante a vigência do contrato.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. Demanda estimada adotada é de 95.555 (noventa e cinco mil, quinhentos e cinquenta e cinco) litros de gasolina comum.

5.5.2. Demanda estimada adotada é de 47.239 (quarenta e sete mil, duzentos e trinta e nove) litros de Óleo Diesel S10.

5.5.3. A contratação será realizada em 03 (três) grupos, sendo as demandas, de acordo com, a localização dos Escritórios de Representação, com a finalidade de atender às seguintes quantidades:

5.5.3.1 Grupo 1 (Item 1, 2 e 3) - Gerenciamento de frota e fornecimento de 45.555 (quarenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e cinco) litros de gasolina comum e 23.239 (vinte três mil, duzentos e trinta e nove) litros de óleo Diesel S10, com a finalidade de atender às demandas estimadas para o Escritório de Representação da cidade de São Paulo - SP e região metropolitana;

5.5.3.2. Grupo 2 (Itens 4, 5 e 6) - Gerenciamento de frotas e fornecimento de 25.500 (vinte e cinco mil e quinhentos) litros de gasolina comum e 12.000 (doze mil) litros de Óleo Diesel S10, com a finalidade de atender às demandas estimadas para o Escritório de Representação da cidade de Campinas-SP, Jaguariúna-SP e regiões adjacentes.

5.5.3.3. Grupo 3 (Itens 7, 8 e 9) - Gerenciamento de frotas e fornecimento de 25.500 (vinte e cinco mil e quinhentos) litros de gasolina comum e 12.000 (doze mil) litros de Óleo Diesel S10, com a finalidade de atender às demandas estimadas para o Escritório de Representação nas cidades de Aracaju-SE e região metropolitana.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apêndice (V).

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. não produzir os resultados acordados,

7.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo, conforme previsto no Apêndice (IV).

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.30.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, bem como deverá ser apresentada Nota Fiscal expedida pela Contratada referente à quantidade total de litros de combustível utilizado realizadas no mês anterior, com o valor total correspondente, já acrescido do valor da Taxa de administração e Gerenciamento consignado no Contrato, nos termos abaixo.

7.30.1.1. Juntamente com a Nota Fiscal, a Contratada apresentará os relatórios mensais e os documentos fiscais (cupons) referentes aos abastecimentos realizados pelo GSIPR, informando a quantidade de litros e valor de cada abastecimento, não podendo os preços faturados, para cada combustível, serem superiores ao “Preço Médio” ao consumidor praticado por município, divulgado no Resumo Mensal da Agência Nacional do Petróleo - ANP, deduzido do “Percentual de Desconto Ofertado”.

7.30.2. O valor do litro de combustível a ser faturado não poderá ser superior ao “Preço Médio” ao consumidor praticado por município, divulgado no Resumo Mensal da Agência Nacional do Petróleo - ANP, deduzido do “Percentual de Desconto Ofertado”.

7.30.2.1. Se o litro de combustível for faturado com valor superior “Preço Médio” ao consumidor praticado por município, divulgado no Resumo Mensal da Agência Nacional do Petróleo - ANP, onde ocorrer o abastecimento, a nota fiscal/fatura será devolvida à Contratada pelo GSIPR e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras.

7.30.2.1.1. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o GSIPR.

7.30.3. Para aceitação e ateste da nota fiscal emitida pela contratada, o gestor do contrato realizará conferência da mesma, comparando o valor mensal faturado com os seus respectivos comprovantes.

7.30.4. Quanto ao serviço de gerenciamento de combustível, o pagamento será o percentual da taxa de administração apresentada pela contratada.

7.30.5. Quanto ao quantitativo estimado de todos os combustíveis, só será pago o que efetivamente for consumido.

7.30.6. Todos os postos de abastecimento que fizerem parte da rede credenciada deverão ser reembolsados pela Contratada, inexistindo qualquer relação financeira entre qualquer integrante da rede credenciada e o GSIPR.

Reajuste

7.31. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 27/11/2023.

7.32. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados, para os itens 3,6 e 9 (serviço de gerenciamento) poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.33. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.34. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.35. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.36. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.37. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.38. O reajuste será realizado por apostilamento.

Obrigações do Contratante

7.39. São obrigações do Contratante:

7.39.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.39.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

7.39.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.39.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.39.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência.

7.39.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

7.39.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.39.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Referência, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.39.9. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.39.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

7.39.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.39.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Obrigações do Contratado

7.40.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.40.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

7.40.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.40.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

7.40.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

7.40.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

7.40.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

7.40.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

7.40.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

7.40.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.40.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

7.40.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

7.40.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

7.40.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

7.40.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.40.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

Infrações e Sanções Administrativas

7.41. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.42. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do item acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

IV. Multa:

- a) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- b) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 7.34, de 20% a 30% do valor do Contrato.

Cessão de crédito

7.43. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.44. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.45. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.46. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.47. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção dos critérios de julgamento descritos abaixo:

8.1.1 Será utilizado para a classificação das propostas dos **itens 3, 6 e 9** o menor preço total do item de cada grupo, no qual deverá estar descrito no **detalhamento da proposta** o percentual da taxa do serviço de gerenciamento.

8.1.2 Será utilizado para a classificação das propostas dos **itens 1, 2, 4, 5, 7 e 8** o maior percentual de desconto sob a tabela da Agência Nacional do Petróleo, do grupo, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência.

8.1.3 O critério de julgamento será o MENOR PREÇO TOTAL POR GRUPO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e/ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.23.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.27. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.27.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características:

8.27.1.1. Apresentar no mínimo 1 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove que a empresa licitante já executou serviços com características equivalentes ou superiores ao objeto da contratação.

8.27.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.27.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

8.27.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.27.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.27.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.28. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.28.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.28.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.28.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.28.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.28.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.28.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.28.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 802.469,91

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 802.469,91 (Oitocentos e dois mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e noventa e um centavos).

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 110322;

II) Fonte de Recursos:0100;

III) Programa de Trabalho: 04122210146930001;

IV) Elemento de Despesa:339039;

V) Plano Interno: 00154350000 - demais despesas.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Termo de Contrato

11.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, com prazo de até 5 (cinco) anos, mediante Termos Aditivos, de acordo com o art. 106 da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12. Outras Considerações

12.1. Integram este Instrumento os seguintes Apêndices:

Apêndice I - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO;

Apêndice II - SÍNTESE DE PREÇOS ANP;

Apêndice III – MODELO DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO;

Apêndice IV – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;

Apêndice V - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR); e

Apêndice VI - BOLETIM TRIMESTRAL DE PREÇOS E VOLUMES DE COMBUSTÍVEIS DA ANP.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROBERTO MIRANDA AVERSA
COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

PAULO VIRLEI GONCALVES DA ROCHA
Membro da comissão de contratação

APÊNDICE I



Presidência Da República
Gabinete De Segurança Institucional
Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial
Departamento de Segurança Presidencial

ORDEM DE SERVIÇO Nº ____/20 ____.

Fornecedor: _____

CNPJ nº: _____._____._____/_____-____.

Email: _____

Referência: Contrato ____20__ GSIPR de ____ de ____ de 20__

Solicitamos a prestação dos serviços constantes do orçamento, em anexo, observadas as especificações e demais condições estabelecidas no edital do respectivo processo de licitação.

Prazo de conclusão: ____ de ____ de 20 ____.

Brasília/DF, ____ de ____ de 20 ____

Nome:

Gestor do Contrato ____20__ /GSIPR

Recebi a presente Ordem de Serviço, ciente das condições estabelecidas.
(Local), ____ de ____ de 20 ____

Nome:

Empresa

SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA													
SISTEMA DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS													
RELATÓRIO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA													
INTERVALO DE TEMPO: SEMANAL													
PERÍODO: DESDE 02/01/2022													
COMBUSTÍVEL: TODOS													
TIPO RELATÓRIO: MUNICÍPIO													
Obs.: A partir de 08/05/22, os preços por litro de todos os combustíveis automotivos comercializados deverão ser expressos com duas casas decimais no painel de preços e nas bombas medidoras. (RESOLUÇÃO ANP Nº 858, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2021)													
DATA INICIAL	DATA FINAL	REGIÃO	ESTADO	MUNICÍPIO	PRODUTO	NÚMERO DE POSTOS PESQUISADOS	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO MÉDIO REVENDA	DESVIO PADRÃO REVENDA	PREÇO MÍNIMO REVENDA	PREÇO MÁXIMO REVENDA	MARGEM MÉDIA REVENDA	COEF DE VARIAÇÃO REVENDA
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	SAO PAULO	SAO JOAO DA BOA VISTA	GASOLINA COMUM	7	RS/L	5,22	0,216	5,07	5,69	-	0,041
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	RIO DE JANEIRO	SAO JOAO DE MERITI	GASOLINA COMUM	9	RS/L	5,30	0,088	5,17	5,39	-	0,017
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	MINAS GERAIS	SAO JOAO DEL REI	GASOLINA COMUM	8	RS/L	5,38	0,151	5,29	5,69	-	0,028
16/07/2023	22/07/2023	SUL	SANTA CATARINA	SAO JOSE	GASOLINA COMUM	14	RS/L	5,88	0,060	5,86	6,09	-	0,010
16/07/2023	22/07/2023	NORDESTE	MARANHAO	SAO JOSE DE RIBAMAR	GASOLINA COMUM	10	RS/L	5,22	0,105	4,99	5,39	-	0,020
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	SAO PAULO	SAO JOSE DO RIO PRETO	GASOLINA COMUM	17	RS/L	5,58	0,261	5,14	5,89	-	0,047
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	SAO PAULO	SAO JOSE DOS CAMPOS	GASOLINA COMUM	18	RS/L	5,11	0,200	4,87	5,69	-	0,039
16/07/2023	22/07/2023	SUL	PARANA	SAO JOSE DOS PINHAIS	GASOLINA COMUM	14	RS/L	5,86	0,040	5,79	5,95	-	0,007
16/07/2023	22/07/2023	SUL	RIO GRANDE DO SUL	SAO LEOPOLDO	GASOLINA COMUM	9	RS/L	5,60	0,050	5,56	5,69	-	0,009
16/07/2023	22/07/2023	NORDESTE	MARANHAO	SAO LUIS	GASOLINA COMUM	21	RS/L	5,20	0,103	5,07	5,49	-	0,020
16/07/2023	22/07/2023	SUL	RIO GRANDE DO SUL	SAO LUIZ GONZAGA	GASOLINA COMUM	7	RS/L	5,60	0,041	5,58	5,69	-	0,007
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	ESPIRITO SANTO	SAO MATEUS	GASOLINA COMUM	9	RS/L	6,09	0,000	6,09	6,09	-	0,000
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	SAO PAULO	SAO PAULO	GASOLINA COMUM	198	RS/L	5,40	0,522	4,75	7,39	-	0,097
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	SAO PAULO	SAO ROQUE	GASOLINA COMUM	8	RS/L	5,35	0,285	4,94	5,59	-	0,053
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	MINAS GERAIS	SAO SEBASTIAO DO PARAISO	GASOLINA COMUM	7	RS/L	5,44	0,246	5,00	5,79	-	0,045
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	SAO PAULO	SAO VICENTE	GASOLINA COMUM	8	RS/L	5,44	0,256	4,99	5,69	-	0,047
16/07/2023	22/07/2023	SUL	RIO GRANDE DO SUL	SAPIRANGA	GASOLINA COMUM	8	RS/L	5,55	0,047	5,47	5,59	-	0,008
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	RIO DE JANEIRO	SAPUCAIA	GASOLINA COMUM	4	RS/L	5,77	0,000	5,77	5,77	-	0,000
16/07/2023	22/07/2023	SUL	RIO GRANDE DO SUL	SAPUCAIA DO SUL	GASOLINA COMUM	8	RS/L	5,55	0,073	5,39	5,64	-	0,013
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	RIO DE JANEIRO	SAQUAREMA	GASOLINA COMUM	7	RS/L	5,91	0,081	5,77	5,99	-	0,014
16/07/2023	22/07/2023	NORDESTE	BAHIA	SENHOR DO BONFIM	GASOLINA COMUM	13	RS/L	6,02	0,167	5,87	6,49	-	0,028
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	ESPIRITO SANTO	SERRA	GASOLINA COMUM	14	RS/L	5,56	0,108	5,46	5,77	-	0,019

SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA
SISTEMA DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS
RELATÓRIO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA

INTERVALO DE TEMPO: SEMANAL
PERÍODO: DESDE 02/01/2022
COMBUSTÍVEL: TODOS
TIPO RELATÓRIO: MUNICÍPIO

Obs.: A partir de 08/05/22, os preços por litro de todos os combustíveis automotivos comercializados deverão ser expressos com duas casas decimais no painel de preços e nas bombas medidoras. (RESOLUÇÃO ANP Nº 858, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2021)

DATA INICIAL	DATA FINAL	REGIÃO	ESTADO	MUNICÍPIO	PRODUTO	NÚMERO DE POSTOS PESQUISADOS	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO MÉDIO REVENDA	DESVIO PADRÃO REVENDA	PREÇO MÍNIMO REVENDA	PREÇO MÁXIMO REVENDA	MARGEM MÉDIA REVENDA	COEF DE VARIAÇÃO REVENDA
16/07/2023	22/07/2023	NORDESTE	RIO GRANDE DO NORTE	CAICO	GASOLINA COMUM	6	RS/l	5,89	0,000	5,89	5,89	-	0,000
16/07/2023	22/07/2023	CENTRO OESTE	GOIAS	CALDAS NOVAS	GASOLINA COMUM	9	RS/l	5,87	0,007	5,87	5,89	-	0,001
16/07/2023	22/07/2023	NORDESTE	BAHIA	CAMACARI	GASOLINA COMUM	10	RS/l	5,90	0,122	5,84	6,25	-	0,021
16/07/2023	22/07/2023	SUL	PARANA	CAMBE	GASOLINA COMUM	8	RS/l	5,54	0,278	4,95	5,79	-	0,050
16/07/2023	22/07/2023	NORTE	PARA	CAMETA	GASOLINA COMUM	5	RS/l	5,81	0,142	5,67	5,99	-	0,024
16/07/2023	22/07/2023	NORDESTE	PARAIBA	CAMPINA GRANDE	GASOLINA COMUM	1	RS/l	5,69	0,000	5,69	5,69	-	0,000
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	SAO PAULO	CAMPINAS	GASOLINA COMUM	24	RS/l	5,33	0,217	4,94	5,89	-	0,041
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	MINAS GERAIS	CAMPO BELO	GASOLINA COMUM	8	RS/l	5,28	0,065	5,15	5,39	-	0,012
16/07/2023	22/07/2023	CENTRO OESTE	MATO GROSSO DO SUL	CAMPO GRANDE	GASOLINA COMUM	19	RS/l	5,13	0,113	5,03	5,49	-	0,022
16/07/2023	22/07/2023	SUL	PARANA	CAMPO LARGO	GASOLINA COMUM	7	RS/l	5,75	0,047	5,69	5,79	-	0,008
16/07/2023	22/07/2023	SUL	PARANA	CAMPO MOURAO	GASOLINA COMUM	5	RS/l	4,99	0,122	4,87	5,15	-	0,025
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	RIO DE JANEIRO	CAMPOS DOS GOYTACAZES	GASOLINA COMUM	5	RS/l	5,83	0,082	5,69	5,89	-	0,014
16/07/2023	22/07/2023	NORDESTE	CEARA	CANINDE	GASOLINA COMUM	4	RS/l	5,84	0,048	5,79	5,89	-	0,008
16/07/2023	22/07/2023	SUL	RIO GRANDE DO SUL	CANOAS	GASOLINA COMUM	17	RS/l	5,66	0,072	5,50	5,79	-	0,013
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	SAO PAULO	CARAGUATATUBA	GASOLINA COMUM	9	RS/l	5,60	0,118	5,48	5,89	-	0,021
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	SAO PAULO	CARAPICUIBA	GASOLINA COMUM	9	RS/l	5,43	0,243	5,17	5,99	-	0,045
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	MINAS GERAIS	CARATINGA	GASOLINA COMUM	7	RS/l	5,68	0,008	5,67	5,69	-	0,001
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	ESPIRITO SANTO	CARIACICA	GASOLINA COMUM	11	RS/l	5,60	0,120	5,27	5,69	-	0,021
16/07/2023	22/07/2023	NORDESTE	PERNAMBUCO	CARUARU	GASOLINA COMUM	16	RS/l	5,46	0,086	5,29	5,69	-	0,016

SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA
SISTEMA DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS
RELATÓRIO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA

INTERVALO DE TEMPO: SEMANAL
PERÍODO: DESDE 02/01/2022
COMBUSTÍVEL: TODOS
TIPO RELATÓRIO: MUNICÍPIO

Obs.: A partir de 08/05/22, os preços por litro de todos os combustíveis automotivos comercializados deverão ser expressos com duas casas decimais no painel de preços e nas bombas medidoras. (RESOLUÇÃO ANP Nº 858, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2021)

DATA INICIAL	DATA FINAL	REGIÃO	ESTADO	MUNICÍPIO	PRODUTO	NÚMERO DE POSTOS PESQUISADOS	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO MÉDIO REVENDA	DESVIO PADRÃO REVENDA	PREÇO MÍNIMO REVENDA	PREÇO MÁXIMO REVENDA	MARGEM MÉDIA REVENDA	COEF DE VARIAÇÃO REVENDA
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	SAO PAULO	AMERICANA	GASOLINA COMUM	14		5,22	0,200	4,79	5,49	-	0,038
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	SAO PAULO	AMPARO	GASOLINA COMUM	8	R\$/l	5,47	0,173	5,09	5,69	-	0,032
16/07/2023	22/07/2023	NORTE	PARA	ANANINDEUA	GASOLINA COMUM	13	R\$/l	5,33	0,124	5,19	5,59	-	0,023
16/07/2023	22/07/2023	CENTRO OESTE	GOIAS	ANAPOLIS	GASOLINA COMUM	17	R\$/l	5,48	0,084	5,35	5,59	-	0,015
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	RIO DE JANEIRO	ANGRA DOS REIS	GASOLINA COMUM	8	R\$/l	6,02	0,073	5,99	6,19	-	0,012
16/07/2023	22/07/2023	CENTRO OESTE	GOIAS	APARECIDA DE GOIANIA	GASOLINA COMUM	19	R\$/l	5,73	0,171	5,39	5,87	-	0,030
16/07/2023	22/07/2023	SUL	PARANA	APUCARANA	GASOLINA COMUM	9	R\$/l	5,47	0,073	5,39	5,59	-	0,013
16/07/2023	22/07/2023	NORDESTE	SERGIPE	ARACAJU	GASOLINA COMUM	17	R\$/l	5,87	0,026	5,80	5,89	-	0,004
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	SAO PAULO	ARACATUBA	GASOLINA COMUM	13	R\$/l	5,22	0,218	4,89	5,59	-	0,042
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	ESPIRITO SANTO	ARACRUZ	GASOLINA COMUM	6	R\$/l	5,60	0,116	5,39	5,69	-	0,021
16/07/2023	22/07/2023	NORTE	TOCANTINS	ARAGUAINA	GASOLINA COMUM	11	R\$/l	5,97	0,111	5,84	6,19	-	0,019
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	MINAS GERAIS	ARAGUARI	GASOLINA COMUM	8	R\$/l	5,23	0,030	5,19	5,29	-	0,006
16/07/2023	22/07/2023	NORDESTE	ALAGOAS	ARAPIRACA	GASOLINA COMUM	14	R\$/l	5,62	0,108	5,45	5,88	-	0,019
16/07/2023	22/07/2023	SUL	PARANA	ARAPONGAS	GASOLINA COMUM	9	R\$/l	5,24	0,274	4,89	5,59	-	0,052
16/07/2023	22/07/2023	SUL	SANTA CATARINA	ARARANGUA	GASOLINA COMUM	8	R\$/l	5,77	0,023	5,74	5,79	-	0,004
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	SAO PAULO	ARARAQUARA	GASOLINA COMUM	17	R\$/l	5,34	0,317	4,94	5,79	-	0,059
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	SAO PAULO	ARARAS	GASOLINA COMUM	11	R\$/l	5,37	0,108	5,27	5,57	-	0,020
16/07/2023	22/07/2023	NORDESTE	PERNAMBUCO	ARARIPINA	GASOLINA COMUM	8	R\$/l	6,37	0,032	6,30	6,39	-	0,005
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	RIO DE JANEIRO	ARARUAMA	GASOLINA COMUM	8	R\$/l	5,75	0,225	5,49	5,99	-	0,039
16/07/2023	22/07/2023	SUL	PARANA	ARAUCARIA	GASOLINA COMUM	8	R\$/l	5,77	0,021	5,74	5,79	-	0,004
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	MINAS GERAIS	ARAXA	GASOLINA COMUM	10	R\$/l	5,70	0,066	5,63	5,79	-	0,012
16/07/2023	22/07/2023	NORDESTE	PERNAMBUCO	ARCOVERDE	GASOLINA COMUM	7	R\$/l	5,58	0,015	5,55	5,59	-	0,003
16/07/2023	22/07/2023	NORTE	RONDONIA	ARIQUEMES	GASOLINA COMUM	9	R\$/l	6,04	0,054	5,98	6,09	-	0,009

SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA
SISTEMA DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS
RELATÓRIO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA

INTERVALO DE TEMPO: SEMANAL
PERÍODO: DESDE 02/01/2022
COMBUSTÍVEL: TODOS
TIPO RELATÓRIO: MUNICÍPIO

Obs.: A partir de 08/05/22, os preços por litro de todos os combustíveis automotivos comercializados deverão ser expressos com duas casas decimais no painel de preços e nas bombas medidoras. (RESOLUÇÃO ANP Nº 858, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2021)

DATA INICIAL	DATA FINAL	REGIÃO	ESTADO	MUNICÍPIO	PRODUTO	NÚMERO DE POSTOS PESQUISADOS	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO MÉDIO REVENDA	DESVIO PADRÃO REVENDA	PREÇO MÍNIMO REVENDA	PREÇO MÁXIMO REVENDA	MARGEM MÉDIA REVENDA	COEF DE VARIAÇÃO REVENDA
23/07/2023	29/07/2023	SUDESTE	SÃO PAULO	SANTO ANDRE	OLEO DIESEL S10	11	R\$/l	5,08	0,258	4,88	5,59	-	0,051
23/07/2023	29/07/2023	SUL	RIO GRANDE DO SUL	SANTO ANGELO	OLEO DIESEL S10	6	R\$/l	5,17	0,180	4,98	5,39	-	0,035
23/07/2023	29/07/2023	SUL	PARANA	SANTO ANTONIO DA PLATINA	OLEO DIESEL S10	6	R\$/l	4,74	0,080	4,70	4,90	-	0,017
23/07/2023	29/07/2023	NORDESTE	BAHIA	SANTO ANTONIO DE JESUS	OLEO DIESEL S10	8	R\$/l	4,89	0,000	4,89	4,89	-	0,000
23/07/2023	29/07/2023	SUDESTE	RIO DE JANEIRO	SANTO ANTONIO DE PADUA	OLEO DIESEL S10	8	R\$/l	5,04	0,230	4,79	5,39	-	0,046
23/07/2023	29/07/2023	SUDESTE	SÃO PAULO	SANTOS	OLEO DIESEL S10	6	R\$/l	4,86	0,490	4,39	5,77	-	0,101
23/07/2023	29/07/2023	SUDESTE	SÃO PAULO	SÃO BERNARDO DO CAMPO	OLEO DIESEL S10	13	R\$/l	5,38	0,475	4,59	5,99	-	0,088
23/07/2023	29/07/2023	SUDESTE	SÃO PAULO	SÃO CAETANO DO SUL	OLEO DIESEL S10	4	R\$/l	5,46	0,411	4,99	5,99	-	0,075
23/07/2023	29/07/2023	SUDESTE	SÃO PAULO	SÃO CARLOS	OLEO DIESEL S10	11	R\$/l	4,98	0,234	4,59	5,47	-	0,047
23/07/2023	29/07/2023	SUDESTE	RIO DE JANEIRO	SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	OLEO DIESEL S10	3	R\$/l	5,38	0,179	5,28	5,59	-	0,033
23/07/2023	29/07/2023	SUL	RIO GRANDE DO SUL	SÃO GABRIEL	OLEO DIESEL S10	7	R\$/l	5,25	0,099	5,14	5,44	-	0,019
23/07/2023	29/07/2023	SUDESTE	RIO DE JANEIRO	SÃO GONCALO	OLEO DIESEL S10	8	R\$/l	4,99	0,233	4,79	5,49	-	0,047
23/07/2023	29/07/2023	SUDESTE	SÃO PAULO	SÃO JOAO DA BOA VISTA	OLEO DIESEL S10	7	R\$/l	4,85	0,147	4,67	5,09	-	0,030
23/07/2023	29/07/2023	SUDESTE	RIO DE JANEIRO	SÃO JOAO DE MERITI	OLEO DIESEL S10	7	R\$/l	4,98	0,140	4,79	5,19	-	0,028
23/07/2023	29/07/2023	SUDESTE	MINAS GERAIS	SÃO JOAO DEL REI	OLEO DIESEL S10	6	R\$/l	4,90	0,126	4,79	5,07	-	0,026
23/07/2023	29/07/2023	SUL	SANTA CATARINA	SÃO JOSE	OLEO DIESEL S10	8	R\$/l	5,01	0,167	4,79	5,39	-	0,033
23/07/2023	29/07/2023	NORDESTE	MARANHAO	SÃO JOSE DE RIBAMAR	OLEO DIESEL S10	9	R\$/l	4,69	0,084	4,55	4,85	-	0,018
23/07/2023	29/07/2023	SUDESTE	SÃO PAULO	SÃO JOSE DO RIO PRETO	OLEO DIESEL S10	10	R\$/l	4,86	0,100	4,69	5,00	-	0,021
23/07/2023	29/07/2023	SUDESTE	SÃO PAULO	SÃO JOSE DOS CAMPOS	OLEO DIESEL S10	10	R\$/l	4,75	0,167	4,49	5,09	-	0,035
23/07/2023	29/07/2023	SUL	PARANA	SÃO JOSE DOS PINHAIS	OLEO DIESEL S10	10	R\$/l	4,94	0,231	4,69	5,52	-	0,047
23/07/2023	29/07/2023	SUL	RIO GRANDE DO SUL	SÃO LEOPOLDO	OLEO DIESEL S10	9	R\$/l	4,85	0,407	4,58	5,84	-	0,084
23/07/2023	29/07/2023	NORDESTE	MARANHAO	SÃO LUIS	OLEO DIESEL S10	19	R\$/l	4,77	0,203	4,50	5,39	-	0,042
23/07/2023	29/07/2023	SUL	RIO GRANDE DO SUL	SÃO LUIZ GONZAGA	OLEO DIESEL S10	6	R\$/l	5,07	0,059	5,03	5,19	-	0,012
23/07/2023	29/07/2023	SUDESTE	ESPIRITO SANTO	SÃO MATEUS	OLEO DIESEL S10	6	R\$/l	4,99	0,000	4,99	4,99	-	0,000
23/07/2023	29/07/2023	SUDESTE	SÃO PAULO	SÃO PAULO	OLEO DIESEL S10	120	R\$/l	5,08	0,627	4,39	7,99	-	0,123
23/07/2023	29/07/2023	SUDESTE	SÃO PAULO	SÃO ROQUE	OLEO DIESEL S10	6	R\$/l	4,98	0,094	4,88	5,09	-	0,019
23/07/2023	29/07/2023	SUDESTE	MINAS GERAIS	SÃO SEBASTIAO DO PARAISO	OLEO DIESEL S10	5	R\$/l	5,02	0,097	4,94	5,19	-	0,019
23/07/2023	29/07/2023	SUDESTE	SÃO PAULO	SÃO VICENTE	OLEO DIESEL S10	8	R\$/l	4,85	0,286	4,56	5,36	-	0,059
23/07/2023	29/07/2023	SUL	RIO GRANDE DO SUL	SAPIRANGA	OLEO DIESEL S10	7	R\$/l	4,70	0,146	4,49	4,89	-	0,031
23/07/2023	29/07/2023	SUL	RIO GRANDE DO SUL	SAPUCAIA DO SUL	OLEO DIESEL S10	5	R\$/l	4,77	0,239	4,59	5,19	-	0,050
23/07/2023	29/07/2023	SUDESTE	RIO DE JANEIRO	SAQUAREMA	OLEO DIESEL S10	6	R\$/l	5,70	0,142	5,49	5,87	-	0,025
23/07/2023	29/07/2023	NORDESTE	BAHIA	SENHOR DO BONFIM	OLEO DIESEL S10	9	R\$/l	5,27	0,280	4,84	5,49	-	0,053
23/07/2023	29/07/2023	SUDESTE	ESPIRITO SANTO	SERRA	OLEO DIESEL S10	10	R\$/l	5,00	0,296	4,76	5,49	-	0,059
23/07/2023	29/07/2023	NORDESTE	PERNAMBUCO	SERRA TALHADA	OLEO DIESEL S10	8	R\$/l	4,73	0,185	4,66	5,19	-	0,039

SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA													
SISTEMA DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS													
RELATÓRIO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA													
INTERVALO DE TEMPO: SEMANAL													
PERÍODO: DESDE 02/01/2022													
COMBUSTÍVEL: TODOS													
TIPO RELATÓRIO: MUNICÍPIO													
Obs.: A partir de 08/05/22, os preços por litro de todos os combustíveis automotivos comercializados deverão ser expressos com duas casas decimais no painel de preços e nas bombas medidoras. (RESOLUÇÃO ANP Nº 858, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2021)													
DATA INICIAL	DATA FINAL	REGIÃO	ESTADO	MUNICÍPIO	PRODUTO	NÚMERO DE POSTOS PESQUISADOS	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO MÉDIO REVENDA	DESVIO PADRÃO REVENDA	PREÇO MÍNIMO REVENDA	PREÇO MÁXIMO REVENDA	MARGEM MÉDIA REVENDA	COEF DE VARIAÇÃO REVENDA
16/07/2023	22/07/2023	CENTRO OESTE	GOIAS	CALDAS NOVAS	OLEO DIESEL \$10	6	R\$/l	4,88	0,090	4,77	4,99	-	0,018
16/07/2023	22/07/2023	NORDESTE	BAHIA	CAMACARI	OLEO DIESEL \$10	8	R\$/l	4,95	0,222	4,74	5,29	-	0,045
16/07/2023	22/07/2023	SUL	PARANA	CAMBE	OLEO DIESEL \$10	5	R\$/l	5,01	0,449	4,57	5,49	-	0,089
16/07/2023	22/07/2023	NORTE	PARA	CAMETA	OLEO DIESEL \$10	3	R\$/l	5,43	0,147	5,30	5,59	-	0,027
16/07/2023	22/07/2023	NORDESTE	PARAIBA	CAMPINA GRANDE	OLEO DIESEL \$10	1	R\$/l	4,99	0,000	4,99	4,99	-	0,000
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	SAO PAULO	CAMPINAS	OLEO DIESEL \$10	19	R\$/l	5,20	0,463	4,59	6,60	-	0,089
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	MINAS GERAIS	CAMPO BELO	OLEO DIESEL \$10	3	R\$/l	4,97	0,029	4,94	4,99	-	0,006
16/07/2023	22/07/2023	CENTRO OESTE	MATO GROSSO DO SUL	CAMPO GRANDE	OLEO DIESEL \$10	11	R\$/l	4,98	0,183	4,85	5,49	-	0,037
16/07/2023	22/07/2023	SUL	PARANA	CAMPO LARGO	OLEO DIESEL \$10	4	R\$/l	4,75	0,197	4,59	4,99	-	0,042
16/07/2023	22/07/2023	SUL	PARANA	CAMPO MOURAO	OLEO DIESEL \$10	4	R\$/l	4,83	0,147	4,64	4,99	-	0,030
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	RIO DE JANEIRO	CAMPOS DOS GOYTACAZES	OLEO DIESEL \$10	3	R\$/l	5,02	0,061	4,98	5,09	-	0,012
16/07/2023	22/07/2023	NORDESTE	CEARA	CANINDE	OLEO DIESEL \$10	4	R\$/l	4,98	0,133	4,79	5,09	-	0,027
16/07/2023	22/07/2023	SUL	RIO GRANDE DO SUL	CANOAS	OLEO DIESEL \$10	10	R\$/l	4,94	0,396	4,69	5,99	-	0,080
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	SAO PAULO	CARAGUATATUBA	OLEO DIESEL \$10	7	R\$/l	5,23	0,162	4,99	5,39	-	0,031
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	SAO PAULO	CARAPICUIBA	OLEO DIESEL \$10	10	R\$/l	4,95	0,267	4,69	5,49	-	0,054
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	MINAS GERAIS	CARATINGA	OLEO DIESEL \$10	6	R\$/l	5,13	0,183	4,95	5,49	-	0,036
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	ESPIRITO SANTO	CARIACICA	OLEO DIESEL \$10	10	R\$/l	4,97	0,121	4,85	5,27	-	0,024
16/07/2023	22/07/2023	NORDESTE	PERNAMBUCO	CARUARU	OLEO DIESEL \$10	15	R\$/l	4,57	0,117	4,43	4,79	-	0,026
16/07/2023	22/07/2023	SUL	PARANA	CASCAVEL	OLEO DIESEL \$10	15	R\$/l	4,89	0,178	4,67	5,36	-	0,036
16/07/2023	22/07/2023	NORTE	PARA	CASTANHAL	OLEO DIESEL \$10	6	R\$/l	4,85	0,118	4,71	4,99	-	0,024
16/07/2023	22/07/2023	SUL	PARANA	CASTRO	OLEO DIESEL \$10	1	R\$/l	4,98	0,000	4,98	4,98	-	0,000
16/07/2023	22/07/2023	CENTRO OESTE	GOIAS	CATALAO	OLEO DIESEL \$10	1	R\$/l	4,98	0,000	4,98	4,98	-	0,000
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	SAO PAULO	CATANDUVA	OLEO DIESEL \$10	8	R\$/l	4,96	0,163	4,69	5,09	-	0,033

SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA															
SISTEMA DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS															
RELATÓRIO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA															
INTERVALO DE TEMPO: SEMANAL															
PERÍODO: DESDE 02/01/2022															
COMBUSTÍVEL: TODOS															
TIPO RELATÓRIO: MUNICÍPIO															
Obs.: A partir de 08/05/22, os preços por litro de todos os combustíveis automotivos comercializados deverão ser expressos com duas casas decimais no painel de preços e nas bombas medidoras. (RESOLUÇÃO ANP Nº 858, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2021)															
DATA INICIAL	DATA FINAL	REGIÃO	ESTADO	MUNICÍPIO	PRODUTO	NÚMERO DE POSTOS PESQUISADOS	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO MÉDIO REVENDA	DESVIO PADRÃO REVENDA	PREÇO MÍNIMO REVENDA	PREÇO MÁXIMO REVENDA	MARGEM MÉDIA REVENDA	COEF DE VARIAÇÃO REVENDA		
16/07/2023	22/07/2023	NORTE	PARA	ALENQUER	OLEO DIESEL S10	3	RS/L	6,93	0,029	6,90	6,95	-	0,004		
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	MINAS GERAIS	ALFENAS	OLEO DIESEL S10	6	RS/L	4,95	0,082	4,79	4,99	-	0,016		
16/07/2023	22/07/2023	CENTRO OESTE	MATO GROSSO	ALTA FLORESTA	OLEO DIESEL S10	3	RS/L	5,63	0,067	5,58	5,71	-	0,012		
16/07/2023	22/07/2023	NORTE	PARA	ALTAMIRA	OLEO DIESEL S10	8	RS/L	5,59	0,207	5,45	6,09	-	0,037		
16/07/2023	22/07/2023	SUL	RIO GRANDE DO SUL	ALVORADA	OLEO DIESEL S10	4	RS/L	5,17	0,327	4,89	5,49	-	0,063		
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	SAO PAULO	AMERICANA	OLEO DIESEL S10	7	RS/L	5,02	0,325	4,69	5,54	-	0,065		
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	SAO PAULO	AMPARO	OLEO DIESEL S10	5	RS/L	5,14	0,137	5,04	5,29	-	0,027		
16/07/2023	22/07/2023	NORTE	PARA	ANANINDEUA	OLEO DIESEL S10	11	RS/L	4,98	0,563	4,49	6,29	-	0,113		
16/07/2023	22/07/2023	CENTRO OESTE	GOIAS	ANAPOLIS	OLEO DIESEL S10	9	RS/L	4,89	0,272	4,57	5,39	-	0,055		
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	RIO DE JANEIRO	ANGRA DOS REIS	OLEO DIESEL S10	5	RS/L	5,79	0,173	5,49	5,89	-	0,030		
16/07/2023	22/07/2023	CENTRO OESTE	GOIAS	APARECIDA DE GOIANIA	OLEO DIESEL S10	15	RS/L	4,83	0,273	4,49	5,59	-	0,056		
16/07/2023	22/07/2023	SUL	PARANA	APUCARANA	OLEO DIESEL S10	6	RS/L	5,24	0,050	5,19	5,29	-	0,010		
16/07/2023	22/07/2023	NORDESTE	SERGIPE	ARACAJU	OLEO DIESEL S10	5	RS/L	4,97	0,313	4,66	5,29	-	0,063		
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	SAO PAULO	ARACATUBA	OLEO DIESEL S10	9	RS/L	4,94	0,236	4,57	5,19	-	0,048		
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	ESPIRITO SANTO	ARACRUZ	OLEO DIESEL S10	5	RS/L	5,03	0,108	4,94	5,19	-	0,022		
16/07/2023	22/07/2023	NORTE	TOCANTINS	ARAGUAINA	OLEO DIESEL S10	9	RS/L	4,90	0,242	4,67	5,29	-	0,049		
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	MINAS GERAIS	ARAGUARI	OLEO DIESEL S10	8	RS/L	4,76	0,206	4,64	5,19	-	0,043		
16/07/2023	22/07/2023	NORDESTE	ALAGOAS	ARAPIRACA	OLEO DIESEL S10	12	RS/L	4,92	0,102	4,79	5,19	-	0,021		
16/07/2023	22/07/2023	SUL	PARANA	ARAPONGAS	OLEO DIESEL S10	8	RS/L	4,95	0,379	4,59	5,59	-	0,076		
16/07/2023	22/07/2023	SUL	SANTA CATARINA	ARARANGUA	OLEO DIESEL S10	5	RS/L	4,83	0,089	4,69	4,89	-	0,019		
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	SAO PAULO	ARARAQUARA	OLEO DIESEL S10	9	RS/L	5,25	0,346	4,69	5,75	-	0,066		
16/07/2023	22/07/2023	SUDESTE	SAO PAULO	ARAPAS	OLEO DIESEL S10	8	RS/L	4,96	0,377	4,69	5,64	-	0,065		

APÊNDICE II

LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DE DESPESA CONTRATUAL **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO – ATESTO DO GESTOR**

Número do Contrato:		Contratada/razão social:	
CNPJ:		Vigência:	
Valor do contrato:		Data de início da prestação:	
Numero do processo de acomp. e fiscalização:			

Período de adimplimento ou mês da prestação liquidada/OS:	
Número da Nota fiscal/fatura (se houver):	
Valor da Nota Fiscal/fatura (se houver):	

[OPÇÃO 1 – adimplimento total]

Declaro, com base nos relatórios dos fiscais do contrato (SEI nºxxxx e xxxx) [e/ou com fundamento em outro(s) documento], que o serviço foi prestado em conformidade com as especificações do contrato, em razão do que realizo o atesto com o recebimento definitivo da prestação e o encaminhamento do processo para o pagamento da despesa, no montante de R\$ _____(por extenso).

[OPÇÃO 2 – havendo prestação em quantidade/qualidade menor que a devida]

Declaro, com base nos relatórios dos fiscais do contrato (SEI nºxxxx e xxxx) [e/ou com fundamento em outro(s) documento], que o serviço foi parcialmente prestado em conformidade com as especificações do contrato, em razão do que realizo o atesto parcial com recebimento definitivo apenas da parcela adimplida, fato que recomenda o encaminhamento do processo para o pagamento da despesa apenas na proporção indicada no montante de R\$ _____(por extenso).

[OPÇÃO 3 – havendo redimensionamento de valores a serem pagos]

Declaro, com base nos relatórios dos fiscais do contrato (SEI nºxxxx e xxxx) [e/ou com fundamento em outro(s) documento], que o serviço foi prestado com relativa conformidade com as especificações do contrato, todavia com incidência de redimensionamento de valor na aplicação do **Instrumento de Medição de Resultados-IMR**, em razão do que realizo o atesto com recebimento definitivo da parcela adimplida, fato que recomenda o encaminhamento do processo para o pagamento da despesa apenas na proporção indicada no montante de R\$ _____(por extenso).

[OPÇÃO 4 – inadimplimento total]

Declaro, com base nos relatórios dos fiscais do contrato (SEI nºxxxx e xxxx) [e/ou com fundamento em outro(s) documento], que o serviço não foi prestado conforme as especificações do contrato, em razão do que não se poderá realizar o pagamento solicitado pela contratada.

Nota(s) Fiscal(is)

Nº	Data de emissão	Valor	Multa	Glosa e redução	Crédito	Liquidação

Estudo Técnico Preliminar 58/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 00185.003653/2023-24

2. Descrição da necessidade

2.1. Os Escritórios de Representação do - GSI/PR, visam prestar apoio de transporte e segurança ao Presidente da República e ao Vice-Presidente da República em suas viagens para as cidades de São Paulo-SP, região de Campinas-SP e Jaguariúna-SP, e Aracaju-SE, além de seus respectivos dignatários, nestas, residentes.

2.2. Para que os Escritórios de Representação realizem com eficiência o serviço de transporte, faz-se necessária a disponibilidade de viaturas em perfeitas condições de funcionamento, o que exige a utilização de combustíveis e lubrificantes compatíveis com cada modelo de veículo, de acordo com a especificação do fabricante.

2.3. O processo de contratação visa atender à necessidade de gerenciamento e abastecimento de combustível tipo gasolina comum e Diesel S10 dos veículos pertencentes a frota de veículos dos Escritórios de Representação.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação-Geral de Logística/Departamento de Segurança Presidencial/SCP/GSI	ROBERTO MIRANDA AVERSA - Cel EB

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Os requisitos necessários ao atendimento da necessidade são os seguintes:

4.1.1. Ter capacidade operacional para a execução dos serviços conforme exigência estabelecidas no Termo de Referência.

4.1.2. Disponibilizar rede credenciada âmbito nacional de estabelecimentos idôneos de postos de abastecimento de combustível, devidamente certificados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), ficando a cargo da contratada o controle e a fiscalização seguindo as normas da ANP, para o fornecimento do combustível tipo gasolina comum e diesel S10, destinado a veículos da frota dos Escritórios de Representação de São Paulo-SP, região de Campinas-SP e Jaguariúna-SP, e Aracaju -SE.

4.1.3. Utilização de cartões microprocessadores (com chip), a fim de se evitar fraudes, fornecidos pela empresa contratada, havendo um cartão para cada veículo e vinculado à cada placa, possibilitando o abastecimento na rede de postos credenciada, efetuando-se, preferencialmente, operações *on-line*, mas sendo possível, ainda, a realização de transações *off-line*, via contato telefônico, para casos de interrupção da conexão do equipamento de operação do cartão com o autorizador.

4.1.4. O sistema deverá proporcionar, no ato do abastecimento, a identificação do condutor responsável, do veículo abastecido, da marcação de seu odômetro, da data, horário e posto de abastecimento, do combustível e da quantidade abastecido em litros, sendo validado com a utilização de senha eletrônica individual.

4.1.5. Utilização de sistema informatizado para gestão, possibilitando o lançamento de dados, emissão de relatórios financeiros, operacionais e gerenciais, que permitam o controle e o gerenciamento da utilização dos combustíveis por veículo, sendo o acesso realizado por utilização de senhas e níveis de acesso diferenciados aos responsáveis indicados pelo GSIPR.

4.1.6. Manutenção de, no mínimo, postos de abastecimento credenciados conforme segue:

4.1.6.1. na cidade de São Paulo e região metropolitana: 3 (três) postos, estando ao menos 1 (um) deles localizado dentro de um raio de distância máxima de 5 (cinco) quilômetros do Escritório de Representação da cidade de São Paulo-SP;

4.1.6.2. na cidade Campinas-SP: 2 (dois) postos, estando ao menos 1 (um) deles localizado dentro de um raio de distância máxima de 5 (cinco) quilômetros do Escritório de Representação da cidade de Campinas-SP;

4.1.6.3. na cidade Jaguariúna-SP: 2 (dois) postos, estando ao menos 1 (um) deles localizado dentro de um raio de distância máxima de 5 (cinco) quilômetros da residência do Dignitário;

4.1.6.4. Na cidade de Aracaju-SE e região metropolitana: 3 (três) postos, estando ao menos 1 (um) deles localizado dentro de um raio de distância máxima de 5 (cinco) quilômetros do Escritório de Representação da cidade de Aracaju-SE.

4.1.7. Disponibilização ao Gabinete de segurança Institucional da Presidência da República (GSIPR) de relatórios gerenciais e operacionais informatizados, para cada veículo cadastrado, contendo o nome do posto credenciado, placa do veículo, modelo do veículo, tipo e quantidade de combustível, odômetro no momento do abastecimento, relação quilômetros rodados por litro (Km/l), município, hora e local de cada abastecimento.

4.1.8. Executar os serviços em instalações adequadas, com equipamentos apropriados para a atividade, empregando equipamentos de processos de forma confiável.

4.2. O serviço é de natureza continuada pois, pela sua essencialidade, visa atender às necessidades públicas de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e funcionamento das atividades finalísticas da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial, de modo que sua interrupção pode comprometer atividades operacionais e administrativas dos Escritórios de Representação.

4.3. A contratação em tela terá vigência inicial de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, mediante Termos Aditivos, de acordo com o art. 89, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 Lei de Licitações e Contratos Administrativos e suas alterações, observados os seguintes requisitos:

4.3.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

4.3.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

4.3.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração Pública;

4.3.4. A Contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

4.5. Não há necessidade da contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas neste caso, porém, a critério da contratante, os dados armazenados relativos a cadastros e gerenciamento poderão ter que obrigatoriamente ser transmitidos a outra empresa que no futuro possa vir a dar continuidade às mesmas prestações de serviços.

4.6. O mercado de potenciais prestadores para os serviços demandados conforme os requisitos elencados no item 4.1 é suficientemente amplo, uma vez que existem varias empresas que atuam na área em questão e que têm o conhecimento e os meios tecnológicos necessários para tal.

5. Levantamento de Mercado

5.1. A contratação de fornecimento de combustível poderia ocorrer por diversas formas, como a contratação de postos de combustíveis diretamente, aquisição de quantidades estabelecidas, ou sob demanda, a preço fixo para consumo ao longo de 12 (doze) meses. Poderia também ser realizada com empresa que forneça o combustível por meio de postos credenciados, utilizando-se cartão eletrônico com microchip, cobrando pelo combustível preço fixo, ou preços variáveis conforme o mercado, e uma taxa de administração.

5.2. A prestação de serviços de gerenciamento, controle e fornecimento de combustível em rede de postos credenciadas em âmbito nacional, por meio de sistema informatizado com a utilização de cartão com microprocessador é um modo de fornecimento de serviço comumente utilizado e recomendável do ponto de vista econômico para a administração pública. Embora a taxa de administração incorra em um custo a mais, os benefícios compensam sobremaneira, uma vez que permitem um controle sobre os gastos e um acompanhamento detalhado do consumo dos veículos, com a possibilidade de geração de relatórios por meio informatizado, possibilitando assim, uma melhor gestão sobre os gastos com combustível, análise de demanda e prevenção de fraudes. Foi encontrada na pesquisa a opção de preço do combustível determinado pelo preço médio, segundo tabela emitida pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), com a aplicação do melhor desconto sobre esse valor. Essa opção de determinação de preço mostra-se viável e mais oportuna, visto buscar-se o fornecimento sob demanda, e o preço do combustível sofrer variações frequentes ao longo do período de contratação. Quanto à prestação de serviços de gerenciamento e controle de abastecimento, deve ser considerado o melhor preço para a taxa de execução dos serviços.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de gerenciamento, controle e fornecimento de combustível tipo gasolina comum e diesel S10 em rede de postos credenciados nas cidades de São Paulo-SP e região metropolitana, região de Campinas-SP e Jaguariúna-SP, e Aracaju- SE e região metropolitana, por meio de sistema informatizado com uso de cartão microprocessador com chip, a fim de atender a veículos oficiais da Secretaria de Segurança Presidencial (SPR) vinculados aos Escritórios de Representação.

6.2. Finalidade: Promover a otimização, padronização e racionalização no abastecimento de combustíveis, em rede especializada de postos de abastecimento credenciados, em caráter contínuo e ininterrupto dos veículos oficiais da SPR vinculados aos Escritórios de Representação.

6.3. Premissas do sistema: promover a administração e o gerenciamento informatizado e integrado da frota de veículos da SPR vinculados aos Escritórios de Representação, compreendendo a implantação e gestão de sistema tecnológico específico com metodologia de cadastramento dos veículos, dos gestores, do controle e da logística, possibilitando o abastecimento de combustíveis dos veículos e a fiscalização financeira e operacional, em caráter contínuo, contemplando:

6.3.1. Rede credenciada de estabelecimentos em âmbito nacional de postos de abastecimento idôneos e credenciados para o fornecimento de combustível tipo gasolina comum e óleo diesel S10 destinado a veículos que compõem a frota de veículos dos Escritórios de Representação.

6.3.2. Deverão ser credenciados estabelecimentos certificados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) e que sejam capazes de atender a todos os veículos da SPR vinculados aos Escritórios de Representação movidos a gasolina comum e óleo Diesel S10, considerando-se marcas e modelos, ficando ao seu encargo o controle e a fiscalização seguindo as normas da ANP.

6.3.3. Uso de cartões microprocessados (com chip) visando à segurança contra possíveis fraudes, fornecidos pela empresa contratada, sendo um cartão para cada veículo, para possibilitar os abastecimentos nos postos de abastecimento credenciados.

6.3.4. Os cartões deverão, preferencialmente, efetuar transações *on-line*, porém, deverão possuir tecnologia para também aceitar transações *off-line* nos casos onde a conexão do equipamento com o autorizador apresentar problema.

6.3.5. O fornecimento dos cartões deverá ser no quantitativo da frota de veículos destinados aos Escritórios de Representação, devendo cada veículo possuir o próprio cartão, o qual deverá estar vinculado a sua respectiva placa, não podendo o mesmo cartão possibilitar o abastecimento de outro veículo.

6.3.6. A possibilidade de lançamento manual do abastecimento, com autorização fornecida pelo gestor do contrato, via telefone, de forma a manter o atendimento em caso de pane no equipamento que impeça as compras *on-line* e *off-line* ou na impossibilidade de utilização do cartão.

6.3.6.1. A validação da autorização, será efetivada pelo gestor do contrato por meio de e-mail funcional à contratada.

6.3.7. Identificação validada de cada condutor, com senha, durante a execução de abastecimento na rede de postos de abastecimento credenciados.

6.3.8. O cartão microprocessador, com chip, destinado ao veículo deverá permitir a validação, no ato do abastecimento, dos dados pessoais cadastrados no sistema da Contratada.

6.3.9. Fornecimento dos cartões, às suas expensas, bem como pela capacitação dos usuários e gestores do sistema.

6.3.10. Sistema de gestão, capaz de identificar o veículo e liberar o abastecimento de forma automática, reduzindo a intervenção humana.

6.3.11. Identificação automática do veículo, da data e da hora do abastecimento, identificação do posto de abastecimento, do volume abastecido, do odômetro.

6.3.12. Gerenciamento do sistema por meio de senhas, com níveis de acesso diferenciados aos responsáveis indicados pela SPR/GSIPR.

6.3.13. Informatização dos controles por meio de sistema integrado de gestão, possibilitando o lançamento de dados, emissão de relatórios financeiros, operacionais e gerenciais, que permitam o controle total da utilização dos combustíveis por veículo.

6.3.14. Rede de postos de abastecimento credenciada que forneça gasolina comum e diesel S10.

6.3.15. Manutenção de, no mínimo, postos de abastecimento credenciados conforme segue:

a. na cidade de São Paulo e região metropolitana: 3 (três) postos, estando ao menos 1 (um) deles localizado dentro de um raio de distância máxima de 5 (cinco) quilômetros do Escritório de Representação da cidade de São Paulo-SP;

b. na cidade Campinas-SP: 2 (dois) postos, estando ao menos 1 (um) deles localizado dentro de um raio de distância máxima de 5 (cinco) quilômetros do Escritório de Representação da cidade de Campinas-SP;

c. na cidade Jaguariúna-SP: 2 (dois) postos, estando ao menos 1 (um) deles localizado dentro de um raio de distância máxima de 5 (cinco) quilômetros da residência do Dignitário;

d. Na cidade de Aracaju-SE e região metropolitana: 3 (três) postos, estando ao menos 1 (um) deles localizado dentro de um raio de distância máxima de 5 (cinco) quilômetros do Escritório de Representação da cidade de Aracaju-SE.

6.3.16. Colocar à disposição do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSIPR) relatórios gerenciais e operacionais informatizados, para cada veículo, contendo: nome do posto credenciado, placa do veículo, modelo do veículo, quantidade de combustível, tipo de combustível, odômetro no momento do abastecimento, relação quilômetros rodados por litro de combustível (Km rodado/l), identificação do condutor responsável pelo abastecimento, município, hora e data de cada abastecimento.

6.4. Execução dos serviços: Para cada operação de abastecimento, o condutor deverá apresentar ao atendente o cartão individual do veículo. Uma vez finalizada a operação, o posto credenciado deverá emitir um comprovante em duas vias, devidamente assinadas pelo condutor do veículo e pelo atendente responsável. Uma via ficará com a contratada e a outra com o condutor.

6.4.1. O comprovante deverá conter: nome do posto credenciado, placa do veículo, modelo do veículo, quantidade de combustível, tipo de combustível, odômetro no momento do abastecimento, relação Km rodado/l, município, hora e data de cada abastecimento.

6.5. Deverão ser disponibilizados meios e efetuadas ações que proporcionem controle e segurança adequados à operação o sistema, conforme os itens 6.5.1 ao 6.5.7.

6.5.1. Adotar sistema de segurança que impeça o abastecimento de outros veículos que não sejam autorizados pela GSIPR, permitindo o controle sobre todos os abastecimentos.

6.5.2. Colocar à disposição do GSIPR senhas individuais para os servidores indicados por este para acesso ao sistema de gerenciamento de abastecimento.

6.5.3. Permitir o acesso ao sistema de gerenciamento informatizado de abastecimento, para qualquer operação, com exigência prévia de digitação de senha válida do usuário.

6.5.4. Efetuar o cancelamento ou bloqueio imediato do abastecimento dos veículos a partir da solicitação do GSIPR, o que somente poderá ser feito pelos representantes indicados por este.

6.5.5. Permitir a troca periódica ou a validação de senha pessoal dos servidores indicados pela SPR, sempre que houver necessidade.

6.5.6. O sistema a que se refere o item 7.5.1 deverá permitir a autorização do abastecimento junto à rede de postos de abastecimentos credenciados, por meio de mecanismos instalados nos veículos ou senhas pessoais dos condutores autorizados e a captura de dados como identificação do veículo, data e hora do abastecimento, identificação do posto de abastecimento, do volume abastecido e do hodômetro do veículo, de forma automática sem intervenção humana.

6.5.7. O abastecimento indevido de veículo não autorizado, ou que esteja cancelado e/ou bloqueado, será considerado falha do sistema e não será suportado pelo GSIPR.

6.6. Funcionamento do sistema

6.6.1. A Contratada colocará à disposição do GSIPR, para utilização durante o prazo da vigência contratual, a infraestrutura necessária à prestação dos serviços, devendo apresentar listagem contendo sua identificação e numeração.

6.6.2. A Contratada, por meio de sistema de gerenciamento *on-line* pela internet, deverá tornar disponíveis relatórios gerenciais de controle da situação (histórico de quilometragem) e das despesas de abastecimento de cada um dos veículos cadastrados pelo GSIPR.

6.6.3. A Contratada deverá colocar à disposição do GSIPR sistema que permita a consolidação dos dados, permitindo ainda a concentração destes e a emissão de relatórios nos locais indicados pelo GSI/PR.

6.6.4. A Contratada deverá colocar à disposição do GSIPR sistema que permita a informatização dos dados de consumo e combustível, quilometragem, custos, identificação do veículo, datas e horários, além do tipo de combustível.

6.6.5. A cada abastecimento realizado deverá ser emitido pela contratada um comprovante em duas vias, devidamente assinadas pelo condutor do veículo e pelo atendente responsável. Uma via ficará com a contratada e a outra com o condutor.

6.6.5.1 O comprovante deverá conter os dados constantes do item 6.4.1.

6.7. Prazos

6.7.1. O prazo para a implantação do sistema de gerenciamento do abastecimento dos veículos será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato, incluindo a instalação de todos os equipamentos e insumos que porventura forem necessários à operação do sistema, bem como o credenciamento e a transferência de conhecimento aos servidores indicados pelo GSIPR, e a entrega da relação dos postos de abastecimento credenciados.

6.7.1.1. O início efetivo do serviço dar-se-á com a implantação do sistema, devidamente testado e aprovado pelo GSIPR.

6.7.2. O prazo para instalação ou reinstalação nos veículos de dispositivos eletrônicos ou de qualquer outro acessório que venham a ser necessários à operação do sistema durante a execução do contrato, será de no máximo de 3 (três) dias úteis, contados da confirmação do recebimento da notificação.

6.7.3. O prazo para atendimento e solução de problemas de assistência técnica pela contratada, será de no máximo 4 (quatro) horas, contadas da confirmação do recebimento da notificação, devendo apresentar justificativa e solicitação de dilação deste prazo por escrito, quando for o caso.

6.7.4. O prazo máximo para a substituição do cartão microprocessador com chip, tendo em vista o desgaste natural ou necessidade técnica, será de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da notificação formal do GSIPR.

6.7.5. O prazo para comparecimento de representante da contratada, devidamente credenciado, para esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços contratados, em local designado pelo GSIPR, nas cidades em que estão localizados os Escritórios de Representação ou Brasília/DF será de, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas, contadas da confirmação do recebimento da notificação.

6.7.5.1. Os custos dos deslocamentos do representante são de inteira responsabilidade da contratada e não poderão gerar nenhuma despesa extra ao GSIPR.

6.7.6. As notificações a que se referem os itens 6.7.2; 6.7.3; 7.7.4 e 6.7.5 serão enviadas pelo GSIPR à contratada por e-mail.

6.7.7. A confirmação do recebimento da notificação pela contratada deverá ser obtida pelo GSIPR imediatamente após o envio.

6.7.8. Os prazos constantes dos itens 6.7.3; 6.7.4 e 6.7.5 serão contados apenas em dias úteis.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Os veículos lotados nos Escritórios de Representação, estão assim distribuídos:

a. 17 (dezessete) veículos no Escritório de Representação da cidade de São Paulo-SP, sendo que, 15 (quinze) utilizam gasolina comum e 2 (dois) Diesel S10;

b. 8 (oito) veículos no Escritório de Representação para região de Campinas-SP e Jaguariúna-SP, sendo que, 6 (seis) utilizam gasolina comum e 2 (dois) Diesel S10;

c. 8 (oito) veículos no Escritório de Representação da cidade de Aracaju-SE, sendo que, 6 (seis) utilizando gasolina comum e 2 (dois) Diesel S10.

7.2. Quanto à média de consumo por veículo por quilometro trafegado, foram considerados dados obtidos em Tabelas de Consumo/Eficiência Energética emitidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), relativo ao ano de fabricação de cada veículo.

7.2.1 Tais tabelas estão disponíveis em http://www.inmetro.gov.br/consumidor/pbe/veiculos_leves. Para fins de cálculo foram considerados os consumos (quilometragem por litro) na cidade.

7.2.2. Devido ao peso elevado das blindagens nos veículos blindados houve uma majoração de 40% na quantidade estimada final.

7.2.3. Veículos que utilizam gasolina comum:

Ord	Marca Modelo	Qtd veículos	Consumo INMETRO (Km/L)	Distância de tráfego (estimada)	Quantidade anual de Gasolina (litros) (estimada)
1	FORD FUSION TIT AWD 2.0 BLINDADO AT NÍVEL III-A	16	4,92	19.000	61.789
2	FORD FUSION TIT AWD 2.0	5	8,2	19.000	11.585
3	FIAT PALIO WEEK ADVENTURE	3	6,9	25.000	10.870
4	GM CRUZE SEDAN 1.8 LT AT	3	6,1	23.000	11.311
TOTAL ESTIMADO					95.555

7.2.4. Veículos que utilizam combustível tipo óleo diesel S10.

Ord	Marca Modelo	Qtd veículos	Consumo INMETRO (Km/L)	Distância de tráfego (estimada)	Quantidade anual de Diesel S10 (litros) (estimado)
1	NISSAN FRONTIER S MT 4x4	1	7,3	50.000	6.849
2	MBB SPRINTER 416, TIPO VAN EXECUTIVA	2	5,6	40.000	14.286
3	MBBS PRINTER 416, TIPO FURGÃO	2	5,6	40.000	14.286
4	FIAT DUCATO MINIBUS ECON 2.3 16 PSG	1	5,5	40.000	7.273
5	FIAT DUCATO CARGO	1	5,5	25.000	4.545
TOTAL ESTIMADO					47.239

7.2.8. Objetivando a estimativa da quantidade de combustível a ser contratada, foi considerado também o histórico das contratações anteriores conforme processos SUPER 00185.003285/2019-38 e 00185.005833/2021-89.

7.3. A demanda estimada adotada é de:

7.3.1. Gasolina comum: 95.555 litros.

7.3.2. Óleo diesel S10: 47.239 litros

7.4. A contratação será dividida em grupos com a finalidade de atender às seguintes demandas:

7.4.1. Grupo 1 (São Paulo-SP e região metropolitana):

Item	Descrição	Quantidade estimada anual
1	Serviço de gerenciamento de combustíveis, com a utilização de cartões microprocessadores, com chip, em rede de postos credenciados com abrangência no território nacional.	1
2	Gasolina comum	44.555 litros
3	Óleo diesel S10	23.239 litros

7.4.2. Grupo 2 (Campinas-SP e Jaguariúna-SP):

Item	Descrição	Quantidade estimada anual
1	Serviço de gerenciamento de combustíveis, com a utilização de cartões microprocessadores, com chip, em rede de postos credenciados com abrangência no território nacional.	1
2	Gasolina comum	25.500 litros
3	Óleo diesel	12.000 litros

7.4.3. Grupo 3 (Aracaju-SE e região metropolitana):

Item	Descrição	Quantidade estimada anual
1	Serviço de gerenciamento de combustíveis, com a utilização de cartões microprocessadores, com chip, em rede de postos credenciados com abrangência no território nacional.	1
2	Gasolina comum	25.500
3	Óleo diesel	12.000

8.

Estimativa do Valor da Contratação**Valor (R\$):** 852.797,80

8.1. A estimativa do valor da contratação foi obtida por meio de pesquisa no site BANCO DE PREÇOS, conforme previsto na Instrução Normativa nº 65, 7 de julho de 2021, assim descrita.

8.1.1 Pesquisa Gerenciamento e Controle de abastecimento (taxa de administração):

Código do CATSERV: 25372

Descrição do Item: Controle de Abastecimento de Veículos

Unidade de Fornecimento: Mês

Modalidade: Pregão

UASG	Identificação da Compra	Número do Item	Quantidade Ofertada	Percentual de desconto (%)	Fornecedor	Data da compra
200108	012023 (SRP)	1	1	0,20	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	24/07/2023
154215	072023 (SRP)	1	1	4,20	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	01/06/2023
135345	032023 (SRP)	1	1	0,04	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	10/05/2023

8.1.2. Pesquisa Combustível tipo gasolina comum:

Código do CATMAT: 461506

Descrição do Item: Gasolina Comum

Unidade de Fornecimento: Litro

Modalidade: Pregão

UASG	Identificação da Compra	Número do Item	Quantidade Ofertada	Percentual de desconto (%)	Fornecedor	Data da compra
160015	82023 (SRP)	1	70.000	2,00	VIBRA ENERGIA S.A	19/07/2023
200108	252023 (SRP)	1	100.000	0,50	PEDREGULHO AUTO POSTO SANTO ANTONIO LTDA	05/06/2023
160202	032023 (SRP)	1	20.000	0,30	IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A.	29/05/2023

8.1.3. Pesquisa Combustível tipo óleo diesel S10:

Código do CATMAT: 461548

Descrição do Item: Óleo Diesel S10

Unidade de Fornecimento: litro

Modalidade: Pregão

UASG	Identificação da Compra	Número do Item	Quantidade Ofertada	Percentual de desconto (%)	Fornecedor	Data da compra
160015	082023 (SRP)	2	225.000	2,00	VIBRA ENERGIA S.A	19/07/2023
160202	032023 (SRP)	1	520.000	0,30	IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A	29/05/2023
160348	162023(SRP)	3	149.000	1,20	POSTO DE COMBUSTIVEIS	05/01/2023

8.2. Para a taxa de administração julgou-se conveniente a utilização das medianas dos percentuais de desconto. Mostram-se como melhor opção para pagamento a taxa média de 0,20% de desconto sobre o valor total para o gerenciamento e abastecimento de combustíveis.

8.3. Diante dos resultados ora expostos, para o cálculo dos combustíveis julgou-se conveniente a utilização das médias aritméticas dos percentuais de desconto. Mostram-se como as melhores opções de referência para pagamento do combustível, o preço médio ao consumidor praticado por município no mês em que ocorreu o abastecimento, divulgado no Resumo Mensal da Agência Nacional do Petróleo (ANP), com a aplicação do desconto de 0,50 % sobre o preço da gasolina comum e 1,20 % sobre o preço do diesel S10.

8.4. O preço total da contratação está estimado em **R\$ 852.797,80 (oitocentos e cinquenta e dois mil setecentos e noventa e sete reais e oitenta centavos)**, conforme segue:

Serviço de gerenciamento					
UASG	Identificação da Compra	Valor Anual Ofertado	Valor Mensal Estimado	Fornecedor	Data da compra
200108	012023 (SRP)	R\$ 91.032,31	R\$ 7.586,03	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	24/07/2023
154215	072023 (SRP)	R\$ 79.549,17	R\$ 6.629,10	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	01/06/2023
135345	032023 (SRP)	R\$ 88.938,57	R\$ 7.411,55	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA ,	24/07/2023
Preço médio estimado		R\$ 86.506,68	R\$ 7.208,89		

Gasolina Comum			
Descrição	Quantidade estimada anual (litro)	Preço médio ANP R\$	Preço médio estimado (R\$)
São Paulo-SP e região metropolitana	44.555	5,40	240.597,00
Região de Campinas-SP e Jaguariúna-SP	25.500	5,33	135.915,00
Aracaju-SE e região metropolitana	25.500	5,87	149.685,00
Preço médio estimado			526.197,00

Óleo Diesel S10			
Descrição	Quantidade estimada anual (litro)	Preço médio ANP R\$	Preço médio estimado (R\$)
São Paulo-SP e região metropolitana	23.239	5,08	118.054,12
Região de Campinas-SP e Jaguariúna-SP	12.000	5,20	62.400,00
Aracaju-SE e região metropolitana	12.000	4,97	59.640,00
Preço médio estimado			240.094,12

8.4.1. Serviço - Valor médio estimado em **R\$ 86.506,68 (oitenta e quinhentos e seis reais e sessenta e oito centavos)**.

8.4.2. Material - Valor médio estimado em **R\$ 766.291,12 (setecentos e sessenta e seis mil quinhentos duzentos e noventa e um reais e doze centavos)**.

8.4.3. O preço total da contratação está estimado em **R\$ 852.797,80 (oitocentos e cinquenta e dois mil setecentos e noventa e sete reais e oitenta centavos)**

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Não há necessidade do parcelamento da solução. Trata-se da contratação de um grupo de serviços visando, dessa forma, uma economia de escala, bem como obter uma padronização de procedimentos para o pleno cumprimento do objeto licitado, permitir maior agilidade e flexibilidade, proporcionando maior segurança no acompanhamento e fiscalização do contrato do objeto em questão.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação está alinhada com o Planejamento e Gerenciamento de Contratações 2023, conforme Relatório PGC 2023 (DFD 152) (SUPER 4389741).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Os resultados pretendidos visam promover otimização, padronização e racionalização no abastecimento para os veículos oficiais vinculados aos Escritórios de Representação, movidos a gasolina comum e diesel S10, garantindo maior flexibilidade para os locais de abastecimento, proporcionando ganhos operacionais e logísticos, controle modernizado, precisão das informações e compilação e análise de dados. Portanto, a solução ora apresentada proporcionaria meios para uma gestão mais eficiente operacional e economicamente da utilização dos veículos oficiais movidos aos combustíveis supracitados vinculados aos Escritórios de Representação.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não haverá necessidade.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Em reação a critérios e práticas de sustentabilidade a contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos /redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

- a. Os produtos somente poderão ser transportados por empresas ou veículos que possuam a Autorização Ambiental para Transporte de Produtos, conforme a Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 9 de maio de 2012 (IN 05/2012), e suas atualizações.
- b. Os bens deverão ser livres de substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) e de cloro elementar (ECF).
- c. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

- d. Deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos sólidos – PGRS, constantes no site www.comprasgovernamentais.gov.br, obedecendo também a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que dispõe sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis (Lei nº 12.305 de 02/08/2010).
- e. Os resíduos deverão ser acondicionados atendendo às exigências legais referentes ao meio ambiente, à saúde e à limpeza urbana, conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT /NBR 7.500.
- f. O armazenamento de resíduos sólidos perigosos de forma a proteger a saúde pública e do meio ambiente seguirão as normas fixadas pela associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT/NBR 12235.
- g. Os procedimentos exigíveis para coleta interna e externa dos resíduos, sob condições de higiene e segurança, serão seguidos de acordo com as normas da ABNT – NBR 12810. Além disso, os requisitos mínimos de construção e de inspeção dos coletores transportadores de resíduos deverão atender as normas da NBR 14652.
- h. As estações para transferência de resíduos devem estar licenciadas pelo órgão ambiental competente e manter as características originais de acondicionamento, sendo vedada a abertura, rompimento ou transferência do conteúdo de uma embalagem para outra.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara de fundamental necessidade esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar para o cumprimento da atividade fim deste Departamento de Segurança.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROBERTO MIRANDA AVERSA
COORDENADOR GERAL DE LOGÍSTICA



Presidência da República
Gabinete De Segurança Institucional
Secretaria De Segurança E Coordenação Presidencial
Departamento De Segurança Presidencial

Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

Indicador	
01 – Cumprimento da Execução do Objeto dentro dos prazos previstos ou estipulados pelo fiscal ou gestor do contrato	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o cumprimento da execução do serviço dentro dos respectivos prazos de execução previstos ou estipulados.
Meta a cumprir	Executar os serviços conforme previsto no Termo de Referência - Serv Contin sem Mão de Obra nº 22/2023 - GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
Instrumento de medição	Relatório do Fiscal/Gestor do Contrato.
Forma de acompanhamento	No início de cada mês, mediante a apresentação da nota fiscal por parte da contratada.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	A prestação do serviço será verificada e valorada individualmente. - Prazo para execução da obrigação: N° de dias/Prazo previsto ou estipulado = X - Solicitação de manutenção ou substituição de material de controle: N° de dias/Prazo previsto ou estipulado = X
Início da Vigência	A partir do recebimento da solicitação por parte da empresa.
Faixas de ajuste no pagamento	Dias de atraso na entrega ou correção dos serviços. $X \leq 1 = 100\%$ do valor da mensalidade. $X > 1 \leq 2 = 90\%$ do valor da mensalidade. $X > 2 \leq 3 = 80\%$ do valor da mensalidade.

Superintendência de Defesa da Concorrência

Boletim Trimestral de Preços e Volumes de Combustíveis

Análise trimestral da evolução dos preços e volumes comercializados dos principais combustíveis no mercado nacional (gasolina C, etanol hidratado, óleo diesel e GLP), bem como dos preços do petróleo e do gás natural no mercado internacional.



anp
Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis

Destaques

Gasolina

Preço de revenda da gasolina C registra queda de 2,54% na comparação com o trimestre anterior, enquanto importações avançam 194,37% em relação ao 2º trimestre de 2022

Etanol Hidratado

Preços médios de revenda, distribuição e produção do etanol hidratado registram baixa no 2º trimestre de 2023 na comparação com 2022, e produção de etanol aumenta 8,13% em relação ao ~~2º~~ 1º trimestre de 2023

Óleo diesel

Preço médio de revenda do diesel B S10 diminui 30,60%, puxado por uma queda de 42,47% no preço de produção do diesel A no 2º trimestre na comparação com o mesmo período de 2022

GLP

Preço de revenda do GLP P-13 cai 8,08% em relação ao 2º trimestre de 2022, enquanto importações aumentam 4,17%

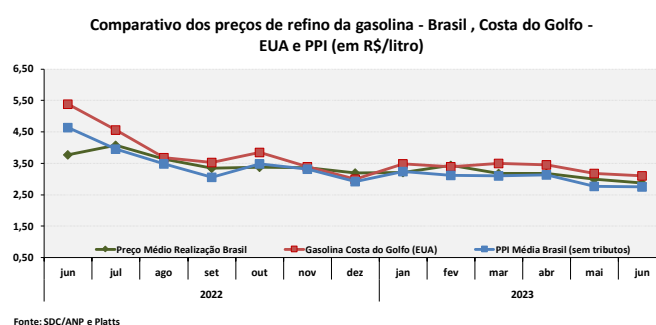
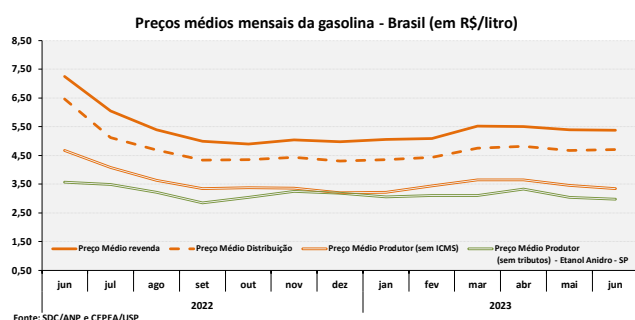
GASOLINA C

Preço de revenda da gasolina C registra queda de 2,54% na comparação com o trimestre anterior, enquanto importações avançam 194,37% em relação ao 2º trimestre de 2022

Preços Médios Mensais da Gasolina Comum e do Etanol Anidro (adicionado na proporção de 27% na gasolina C comum)

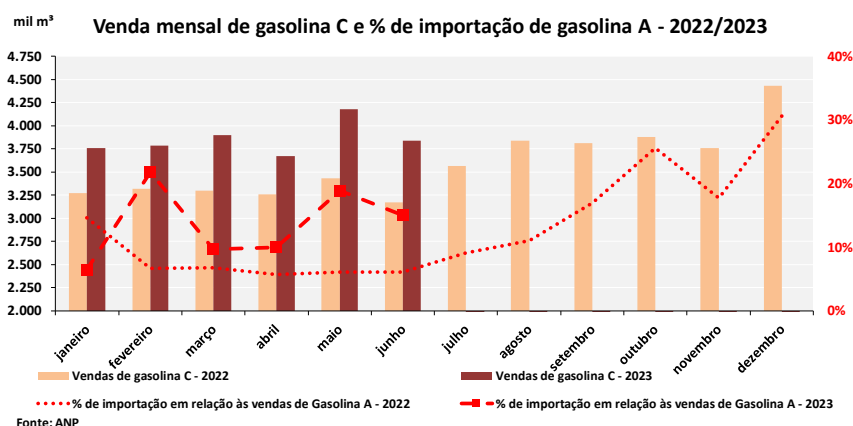
Preços médios mensais (R\$/L)	jun/22	mar/23	2º Trimestre de 2023			Variações percentuais	
			abr	mai	jun	Em relação ao 1º trim/2023	Em relação ao 2º trim 2022 jun 2023 / jun 2022
Revenda gasolina C comum	7,25	5,52	5,51	5,39	5,38	↓ -2,54%	↓ -25,79%
Distribuição gasolina C comum	6,462	4,746	4,824	4,670	4,709	↓ -0,78%	↓ -27,12%
Produção gasolina A (sem tributos)	3,773	3,179	3,174	2,992	2,875	↓ -9,59%	↓ -23,82%
Produção etanol anidro (sem tributos)	3,573	3,105	3,326	3,040	2,979	↓ -4,04%	↓ -16,62%

Fonte: ANP

**Volumes Totais Trimestrais**

Volumes totais (milhões m ³)	2º Trim 2022	1º Trim 2023	2º Trimestre de 2023				Variações percentuais	
			abr	mai	jun	Total	Em relação ao 1º trim/2023	Em relação ao 2º trim 2022
Produção	6.508	6.781	2.162	2.328	2.429	6.919	↑ 2,04%	↑ 6,31%
Comercialização	9.860	11.442	3.676	4.180	3.840	11.696	↑ 2,21%	↑ 18,61%
Importação	429	1.056	267	575	420	1.263	↑ 19,56%	↑ 194,37%
Razão importação / comercialização	4,35%	9,23%	7,26%	13,76%	10,95%	10,80%		

Fonte: ANP



ETANOL HIDRATADO

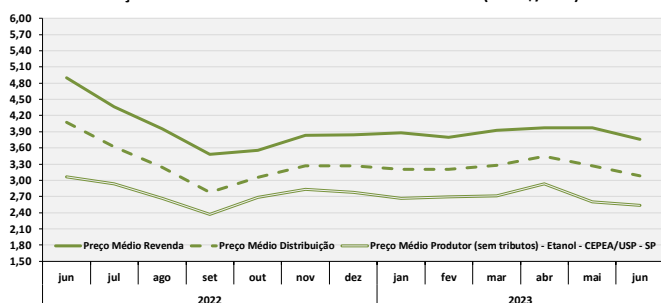
Preços médios de revenda, distribuição e produção do etanol hidratado registram baixa no 2º trimestre de 2023 na comparação com 2022, e produção de etanol aumenta 8,13% em relação ao 2º trimestre de 2022

Preços Médios Mensais do Etanol Hidratado

Preços médios mensais (R\$/L)	jun/22	mar/23	2º Trimestre de 2023			Variações percentuais	
			abr	mai	jun	Em relação ao 1º trim/2023	Em relação ao 2º trim 2022 jun 2023 / jun 2022
Revenda etanol hidratado	4,90	3,93	3,97	3,97	3,76	↓ -4,33%	↓ -23,27%
Distribuição etanol hidratado	4,075	3,277	3,443	3,265	3,080	↓ -6,00%	↓ -24,41%
Produção etanol hidratado (sem tributos)	3,062	2,711	2,938	2,598	2,539	↓ -6,34%	↓ -17,06%

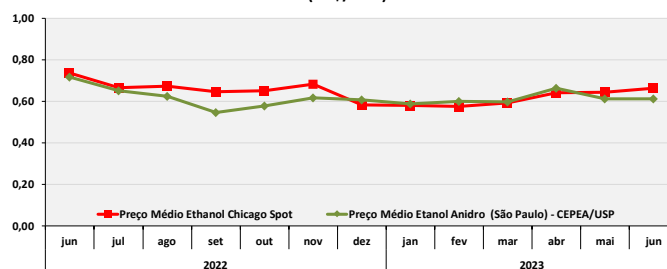
Fonte: ANP

Preços médios mensais do etanol hidratado - Brasil (em R\$/litro)



Fonte: SDC/ANP e CEPEA/USP

Evolução dos preços de referência do etanol anidro no Brasil e EUA (US\$/litro)



Fonte: Platts e CEPEA/USP

Açúcar Total Recuperável

Açúcar Total Recuperável (ATR) - Cana - Região Centro-Sul	Safra 2021/22	Safra 2022/23	Variação (%)
ATR médio (kg de ATR / t cana)	127,4	128,3	0,74%
ATR destinado ao etanol (%) na região Centro-Sul	57,44%	52,31%	-8,93%

Fonte: ÚNICA

Estimativa: junho de 2023

Açúcar Total Recuperável (ATR) - Cana - Região Centro-Sul	Safra 2022/23	Safra 2023/24	Variação (%)
ATR médio (kg de ATR / t cana)	127,4	128,3	0,74%
ATR destinado ao etanol (%) na região Centro-Sul	57,44%	52,31%	-8,93%

Fonte: ÚNICA

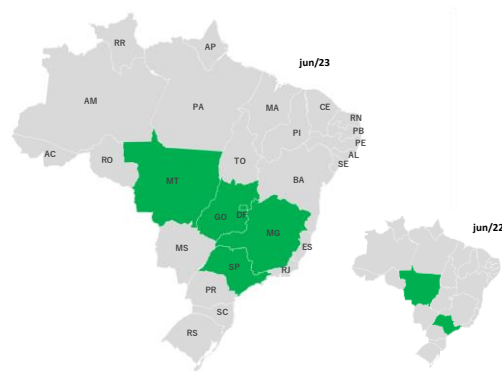
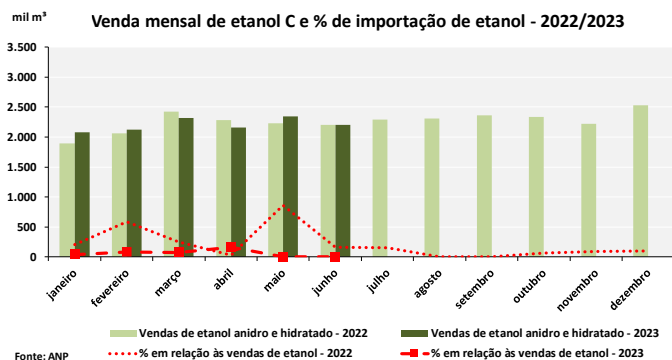
Estimativa: junho de 2023

Volumes Totais Trimestrais

Volumes totais (milhões m³)	2º Trim 2022	1º Trim 2023	2º Trimestre de 2023				Variações percentuais	
			abr	mai	jun	Total	Em relação ao 1º trim/2023	Em relação ao 2º trim 2022
Produção	9.335	2.061	1.955	4.179	3.959	10.094	↑ 389,73%	↑ 8,13%
Comercialização	4.060	3.430	1.170	1.212	1.168	3.551	↑ 3,51%	↓ -12,54%
Importação	134	25	20	0	0	20	↓ -19,89%	↓ -84,98%
Razão importação / comercialização	3,30%	0,73%	1,72%	0,00%	0,00%	0,57%		

Fonte: ANP

Razão entre preços médios de revenda do etanol hidratado e da gasolina C comum



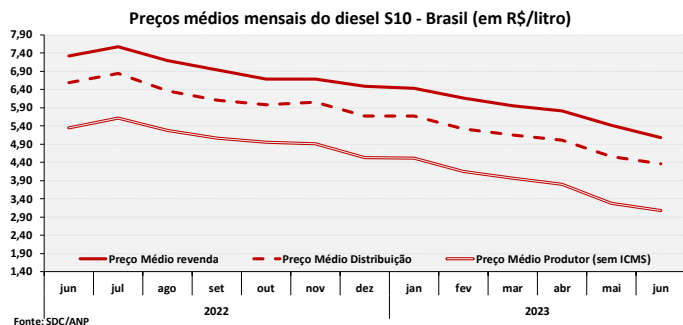
ÓLEO DIESEL S10

Preço médio de revenda do diesel B S10 diminui 30,60%, puxado por uma queda de 42,47% no preço de produção do diesel A no 2º trimestre na comparação com o mesmo período de 2022

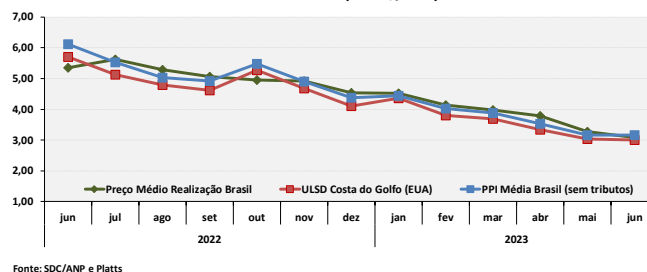
Preços Médios Mensais e Trimestrais de Óleo Diesel B S10

Preços médios mensais (R\$/L)	jun/22	mar/23	2º Trimestre de 2023			Variações percentuais	
			abr	mai	jun	Em relação ao 1º trim/2023	Em relação ao 2º trim 2022 jun 2023 / jun 2022
Revenda diesel B S10	7,32	5,95	5,81	5,42	5,08	↓ -14,62%	↓ -30,60%
Distribuição diesel B S10	6,587	5,148	5,011	4,562	4,362	↓ -15,28%	↓ -33,78%
Produção diesel A (sem tributos)	5,346	3,969	3,793	3,274	3,076	↓ -22,52%	↓ -42,47%

Fonte: ANP



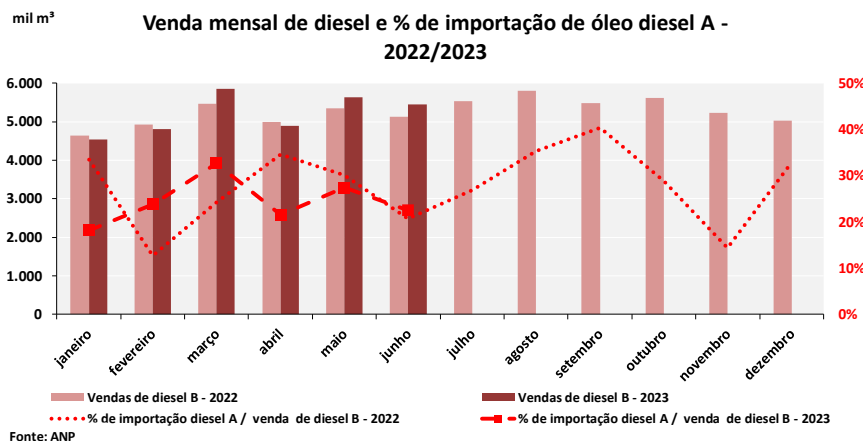
Comparação dos preços do diesel nos Mercados Internacional e Nacional e PPI (em R\$/litro)



Volumes Totais Trimestrais

Volumes totais (milhões m³)	2º Trim 2022	1º Trim 2023	2º Trimestre de 2023				Variações percentuais	
			abr	mai	jun	Total	Em relação ao 1º trim/2023	Em relação ao 2º trim 2022
Produção	11.519	10.832	3.772	4.066	4.149	11.988	↑ 10,68%	↑ 4,07%
Comercialização	15.474	15.196	4.903	5.645	5.455	16.003	↑ 5,31%	↑ 3,42%
Importação	3.966	3.490	932	1.363	1.080	3.376	↓ -3,29%	↓ -14,88%
Razão importação / comercialização	25,63%	22,97%	19,02%	24,15%	19,80%	21,09%		

Fonte: ANP



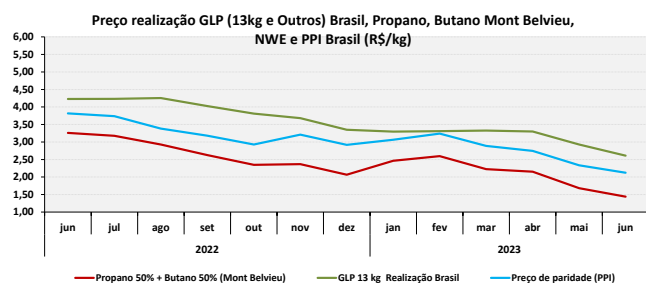
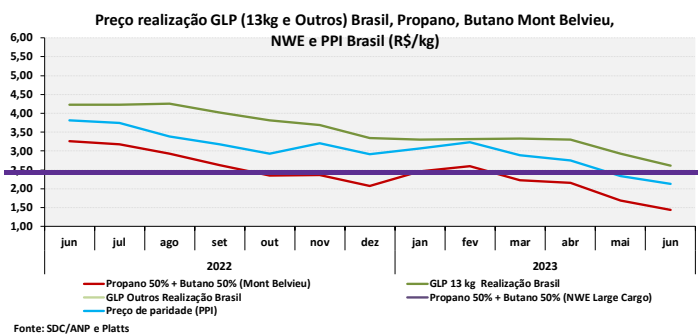
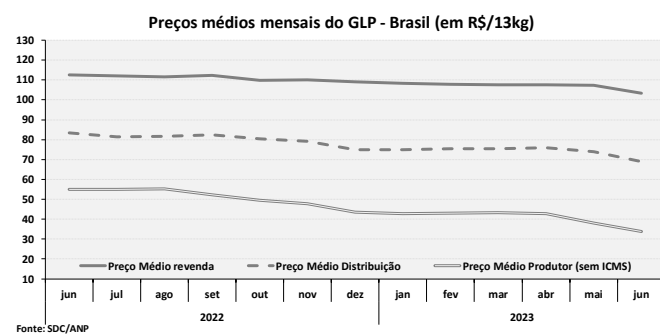
GLP

Preço de revenda do GLP P-13 cai 8,08% em relação ao 2º trimestre de 2022, enquanto importações aumentam 4,17%

Preços Médios Mensais e Trimestrais de GLP

Preços médios mensais (R\$/L)	jun/22	mar/23	2º Trimestre de 2023			Variações percentuais	
			abr	mai	jun	Em relação ao 1º trim/2023	Em relação ao 2º trim 2022 jun 2023 / jun 2022
Revenda GLP P-13	112,55	107,56	107,58	107,29	103,46	↓ -3,81%	↓ -8,08%
Distribuição GLP P-13	83,436	75,462	75,912	73,951	68,866	↓ -8,74%	↓ -17,46%
Produção GLP P-13 (sem tributos)	54,953	43,241	42,908	38,075	33,947	↓ -21,49%	↓ -38,22%

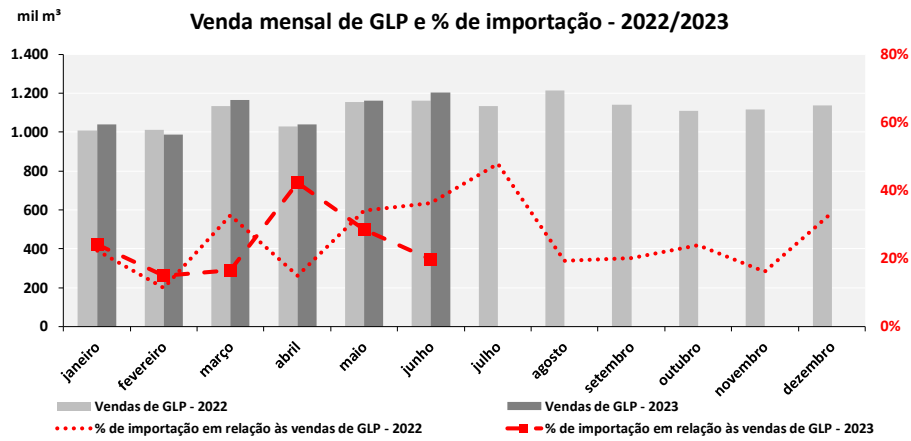
Fonte: ANP



Volumes Totais Trimestrais

Volumes totais (milhões m ³)	2º Trim 2022	1º Trim 2023	2º Trimestre de 2023				Variações percentuais	
							Em relação ao 1º trim/2023	Em relação ao 2º trim 2022
			abr	mai	jun	Total		
Produção	1.857	1.890	649	712	713	2.074	↑ 9,75%	↑ 11,73%
Comercialização	3.347	3.193	1.040	1.163	1.202	3.405	↑ 6,63%	↑ 1,72%
Importação	968	591	440	332	237	1.008	↑ 70,46%	↑ 4,17%
Razão importação / comercialização	28,91%	18,52%	42,31%	28,51%	19,67%	29,60%		

Fonte: ANP



		Unidade	mar/23	abr/23	mai/23	jun/23	Variação % (jun-23/mar-23)	Variação % 12 meses (jun-23/jun-22)
Petróleo	WTI 1st Month	US\$/b	73,36	79,44	71,62	70,27	-4,21%	-38,68%
	Brent 1st Month	US\$/b	79,29	83,57	75,41	75,09	-5,30%	-36,24%
	Dubai 1st Month	US\$/b	78,49	83,41	74,93	74,99	-4,46%	-33,78%
Gás Natural	Henry Hub	US\$/MBTU	2,33	2,13	2,11	2,12	-9,16%	-72,44%
	NBP Index	US\$/MBTU	13,71	13,57	9,93	8,92	-34,92%	-57,89%
	GNL Spot Japão/ Coréia do Sul	US\$/MBTU	13,24	12,08	9,79	11,01	-16,84%	-63,94%
	DES Brazil Netforward Month 1	US\$/MBTU	12,21	11,08	8,16	9,41	-22,93%	-68,70%
Gasolina	Preço Médio de Revenda	R\$/l	5,520	5,510	5,390	5,380	-2,54%	-25,79%
	Preço Médio do Distribuidor	R\$/l	4,746	4,824	4,670	4,709	-0,78%	-27,12%
	Preço Médio do Produtor (sem ICMS)	R\$/l	3,649	3,644	3,462	3,345	-8,35%	-28,32%
	Preço Médio de Realização (sem Tributos)	R\$/l	3,179	3,174	2,992	2,875	-9,59%	-23,82%
	PPI Média Brasil	R\$/l	3,101	3,128	2,768	2,756	-11,14%	-40,61%
Diesel	Preço Médio de Revenda	R\$/l	5,950	5,810	5,420	5,080	-14,62%	-30,60%
	Preço Médio do Distribuidor	R\$/l	5,148	5,011	4,562	4,362	-15,28%	-33,78%
	Preço Médio do Produtor* (sem ICMS)	R\$/l	3,969	3,793	3,274	3,076	-22,52%	-42,47%
	Preço Médio de Realização (sem Tributos)	R\$/l	3,969	3,793	3,274	3,076	-22,52%	-42,47%
	PPI Média Brasil	R\$/l	3,885	3,534	3,155	3,166	-18,52%	-48,26%
GLP	Preço Médio Revendedor P-13	R\$/13 kg	107,56	107,58	107,29	103,46	-3,81%	-8,08%
	Preço Médio Distribuidor P-13	R\$/13 kg	75,46	75,91	73,95	68,87	-8,74%	-17,46%
	Preço Médio Produtor P-13 (sem ICMS)	R\$/13 kg	43,24	42,91	38,07	33,95	-21,49%	-38,22%
	Preço Médio de Realização P-13 (sem Tributos)	R\$/kg	3,33	3,30	2,93	2,61	-21,49%	-38,22%
	PPI Média Brasil	R\$/kg	2,89	2,75	2,33	2,12	-26,54%	-44,40%
Etanol	Preço de Revenda Brasil	R\$/l	3,930	3,970	3,970	3,760	-4,33%	-23,27%
	Preço Médio do Distribuidor Brasil	R\$/l	3,277	3,443	3,265	3,080	-6,00%	-24,41%
	Preço Médio do Produtor Brasil (sem Tributos)	R\$/l	2,711	2,938	2,598	2,539	-6,34%	-17,06%
	Preço Médio Etanol Anidro Chicago	R\$/l	3,084	3,208	3,205	3,209	4,06%	-13,65%

* Médias de preços semanais para etanol hidratado no estado de São Paulo, publicados pelo CEPEA/USP (que não incluem frete e impostos), acrescidos do valor de PIS/Cofins.